



PUC  
RIO

MARIA LUIZA BUSTAMANTE PEREIRA DE SÁ

MUDANÇAS NA PERSONALIDADE FEMININA COMO RETRATADA EM  
ROMANCES DE ESCRITORAS BRASILEIRAS, DO PÓS-GUERRA  
AOS ANOS SETENTA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Departamento de Psicologia  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1982

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea  
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil  
<http://www.puc-rio.br>

N.Cham. 150 S111 TESE UC

Título Mudanças na personalidade feminina como retratada em ro



Ex.1 PUCB

0114490

BC - PUC

DOAÇÃO

MARIA LUIZA BUSTAMANTE PEREIRA DE SÁ

MUDANÇAS NA PERSONALIDADE FEMININA COMO RETRATADA EM  
ROMANCES DE ESCRITORAS BRASILEIRAS, DO PÓS-GUERRA  
AOS ANOS SETENTA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Anamaria Coutinho,

Departamento de Psicologia  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1982

78070



150

SIII

TESE VC

BT-4696-0

cc 1

20/11

À memória de Alexandra Kollontai,  
revolucionária,  
intelectual,  
feminista.

## Meus agradecimentos

- a Anamaria Guimarães, orientadora da dissertação, pelo rigor acadêmico exigido e pela compreensão ofertada.
- a Laurita, minha mãe, pelo incentivo e apoio constantes.
- a Heloneida Studart e a Lygia Fagundes Telles, pelo original conhecimento proporcionado sobre a psicologia feminina.
- a Celso Sã, pelo cotidiano envolvimento crítico na realização deste trabalho.

## RESUMO

Explora-se, neste estudo, as mudanças na configuração psicológica típica da mulher brasileira que se suspeita tenham ocorrido ao longo das últimas três décadas. O procedimento de pesquisa adotado consistiu em uma sistemática, conquanto não tecnicamente estruturada, comparação entre as caracterizações das personalidades de personagens femininas de dois romances, escritos e ambientados nos anos cinquenta por duas escritoras brasileiras criteriosamente selecionadas, e as constantes em outros dois romances dos anos setenta, dessas mesmas autoras. Apoio a tal procedimento indireto é encontrado em importantes orientações contemporâneas da análise literária do romance e da personagem de ficção. Foi prévia e justificadamente estabelecido que as mudanças a serem detectadas deveriam ter como referencial teórico de base as proposições psicanalíticas originais acerca da personalidade feminina, bem como suas posteriores revisões e refutações críticas. Os resultados obtidos evidenciam, em seu conjunto, aquelas mudanças inicialmente suspeitadas, indicando um nítido afastamento da personalidade feminina típica em relação ao estereótipo freudiano e sua aproximação do que é proposto pelo conceito de androginia psicológica.

## ABSTRACT

This study explores the changes on Brazilian woman's typical psychological pattern suspected to have occurred during the last three decades. The research procedure consisted in a systematical, though not technically structured, comparison between personality characterizations of female personages from two novels, written and situated on the fifties by two carefully selected Brazilian female authors. Some support to such an indirect procedure is provided by significant contemporary trends in literary analysis of novels and fictitious personages. It was previously and justifiably established that the changes to be detected should have as their basic theoretical framework the original psychoanalytical propositions about feminine personality, as well as their further revisals and criticisms. The results, as a whole, have evidenced those initially suspected changes, clearly indicating that typical feminine personality has been distanced from Freudian stereotype and approached the characteristics proposed by the recent concept of psychological androgyny.



## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	1
2.	CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS E TEÓRICAS .....	5
2.1	O conceito de personalidade nos principais sistemas psicológicos .....	5
2.2	A personalidade feminina: suas origens e vicissitudes segundo a Psicanálise .....	12
2.3	As relações entre personalidade, processo de socialização e mudança histórica .....	26
2.4	A condição social da mulher e sua relação com a personalidade, na perspectiva de intelectuais feministas .....	33
3.	ASPECTOS PSICOSSOCIOLÓGICOS DO ROMAN <u>CE</u> E DA PERSONAGEM DE FICÇÃO .....	44
4.	MUDANÇAS NA PERSONALIDADE FEMININA CO <u>MO</u> RETRATADA EM ROMANCES BRASILEIROS DE DIFERENTES ÉPOCAS .....	51
4.1	Considerações metodológicas e seleção do material de estudo .....	51
4.2	Breve descrição do conteúdo dos romances selecionados .....	62
4.3	Resultados do estudo exploratório da mudança na caracterização da personalidade de personagens femininas .....	77

4.3.1	Os romances de Heloneida Studart .....	77
4.3.2	Os romances de Lygia Fagundes Telles .....	87
5.	CONCLUSÕES .....	100
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	106

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho inscreve-se na temática psicológica mais abrangente a que se pode chamar de "A Personalidade Feminina". Tal assunto, de acentuado interesse contemporâneo, tem sido tratado no âmbito de diversos campos clássicos de estudo em Psicologia, como "Psicologia da Personalidade", "Psicologia do Desenvolvimento", "Psicologia Social", e outros. A própria dispersão do tema por todos esses domínios academicamente auto-delimitados, conquanto afins, constitui uma inequívoca indicação de que nenhum deles se mostra capaz de esgotá-lo satisfatoriamente. Isto parece particularmente verdadeiro quando se o considera em sua dimensão de dramático problema social e humano.

A dramaticidade acima referida é justificadamente atenuada, ou mesmo abstraída, em muitos estudos psicológicos acadêmicos, face às exigências teóricas e metodológicas correntes de parcimônia, objetividade e operacionalização. Ela aparece bem denunciada, entretanto, quando voltamos a atenção para o campo da política prática, no qual "personalidades femininas" se manifestam atualmente em intensos e continuados comportamentos reivindicatórios e contestatórios de uma injusta ordem social "sexista" vigente. A relevância do tema evidencia-se também quando se focaliza uma das mais importantes formas de expressão cultural da humanidade — a literatura — e especialmente o gênero do "romance", em que os sentimentos, motivos, paixões, conflitos e angústias das "personalidades (de personagens) femi-

ninas" desempenham um papel proeminente na captação do interesse do leitor e no processo de experiência afetiva vicariante a que ele é conduzido.

A dissertação que ora se introduz ocupa-se centralmente da faceta literária do tema "a personalidade feminina". Procura-se ainda enfatizar seu caráter psicossocial dinâmico, ou seja, a controvertida questão das mudanças personalógicas em função de mudanças histórico-sociais significativas. Com esses propósitos em mente, foi conduzido um estudo exploratório, com as características que lhe atribuem Selltiz, Jahoda, Deutsch & Cook (1971), acerca da possível ocorrência de mudanças significativas na retratação das personalidades de personagens femininas em romances brasileiros ao longo das últimas três décadas. Nesse sentido, focalizou-se especificamente, em obediência a critérios previamente estabelecidos, quatro romances: "A Primeira Pedra" e "O Pardal é um Pássaro Azul", de Heloneida Studart; e "Ciranda de Pedra" e "As Meninas", de Lygia Fagundes Telles. Especulou-se ainda sobre a provável relação entre tais modificações literárias e mudanças históricas concretas na condição social feminina, verificadas no mesmo período em função das evidentes ampliação e intensificação dos movimentos feministas no mundo inteiro e no Brasil.

Obviamente, para que o presente trabalho apresentasse uma efetiva relevância acadêmica no domínio — psicológico — em que é proposto como "dissertação de mestrado", era imprescindível que as questões literária e sócio-política acima aludidas fossem referidas a um contexto conceitual e teórico propriamente

psicológico. Esse contexto ficou assim constituído: as proposições básicas de Freud (1905, 1914, 1925, 1931, 1932) acerca da sexualidade e da personalidade femininas; as restrições a tais proposições originadas dentro do próprio movimento psicanalítico, como encontradas em Jones (1927), Horney (1932, 1933) e Thompson (1942, 1945); as discussões sobre as complexas relações conceituais entre a personalidade e os determinantes sócio-histórico-culturais do comportamento, como proporcionadas por Mead (1928, 1932), Benedict (1934), Malinowski (1927), Linton (1936), Morin (1975), Booth (1976), Holland (1979), Maisonneuve (1977), Ariès (1978) e Van den Berg (1956); e, finalmente, as implicações específicas dessas variadas posições teóricas para a questão social feminina, como formuladas por intelectuais feministas desde Kollontai (1926) e Beauvoir (1949) a Firestone (1970), Greer (1970), Irigaray (1978), Rosaldo & Lamphere (1979), Saffioti (1979), Bem (1973, 1974) e Bardwick (1979).

Cabe ainda assinalar que o delineamento de tal contexto teórico foi precedido de considerações conceituais mais abrangentes acerca do constructo "personalidade" e de sua peculiar inserção em cada um dos principais sistemas psicológicos, de modo a que assim ficassem justificadas a escolha do referencial psicanalítico e a virtual exclusão das demais "psicologias" do corpo restante da dissertação.

Parece necessário, neste momento, já enfatizar a correspondência que existe entre as classes sociais a que pertencem as personagens femininas nos romances estudados e aquelas a que de fato pertencem as mulheres reais cuja personalidade típica ou

modal parece ter sofrido alterações significativas do pós-guerra aos anos setenta. Pertencem ambas — personagens fictícias e mulheres reais — às classes média e alta; e é certamente sobre estes segmentos da sociedade que têm produzido maior impacto as mudanças sociais advogadas e conquistadas pelos movimentos feministas, e que se pode supor responsáveis pelas mudanças personalógicas investigadas. Na verdade, tal suposição de que um processo histórico-social específico possa se refletir de modo sensível no conteúdo da forma bem definida de manifestação cultural aqui focalizada, conquanto encontre apoio na teoria literária como o demonstram Candido (1976) e Sant'Anna (1977), tem como condição "sine qua non" aquela correspondência de classes.

Cumprido, finalmente, indicar que os resultados do presente estudo exploratório evidenciam, com referências aos romances de ambas as escritoras selecionadas, uma nítida tendência de mudança na caracterização personalógica das personagens femininas; e isto no sentido não só de uma maior adequação à realidade psicológica atual da mulher, mas também no de uma sensível aproximação ao ideal ainda não realizado da completa eliminação dos estereótipos sociais sexuais, como preconizada em particular por Bem (1974) e Bardwick (1979) com seu relevante e oportuno conceito de "androginia".

## 2. CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS E TEÓRICAS

### 2.1 O conceito de personalidade nos principais sistemas psicológicos

"Personalidade" é um termo bastante difundido entre as pessoas em geral, que dele "usam e abusam" em sua psicologia popular ou ingênua; mas, também, uma das noções mais caras aos psicólogos, sejam estes orientados para a teorização e pesquisa ou para a aplicação prática aos assuntos humanos. Pode-se, de certo modo, dizer que mesmo esses grupos restritos de profissionais também "usam e abusam" do conceito de personalidade, na medida em que parecem não haver chegado até hoje a um efetivo consenso quanto ao seu significado exato. De fato, dezenas de diferentes definições formais têm sido propostas para essa entidade hipotética mediadora entre os acontecimentos do ambiente externo e os comportamentos do indivíduo em relação a tais eventos estimuladores. Não obstante, é possível sintetizar, a partir da discussão proporcionada por Zigler e Child (1973), os principais aspectos comumente associados ao termo "personalidade" na formulação seguinte, bastante abrangente e por isso mesmo pouco precisa, o que permite a todos aceitá-la em princípio — Personalidade é o conjunto de coerências internamente determinadas e subjacentes ao comportamento de uma pessoa; as diferenças duradouras entre as pessoas, na medida em que são atribuíveis a características internas estáveis e não a diferenças em suas respectivas situações vitais.

Quando se tenta precisar a natureza do processo ou processos determinantes de tal conjunto de coerências comportamentais, entretanto, o desacordo entre psicólogos de diferentes inclinações teóricas torna-se flagrante; o mesmo acontecendo quando se busca especificar os graus de durabilidade ou estabilidade dessas características internas, bem como a forma pela qual estas se combinam de modo a assegurar a unicidade de cada indivíduo. Esse estado de coisas não é, a rigor, de surpreender, se se considera que "personalidade" constitui uma rubrica sintética que designa um constructo teórico de ordem superior. Dizendo de outra maneira, o termo "personalidade" não pode ser definido de modo formal ou operacional independente; sua concepção precisa será sempre informada teoricamente, ou seja, dependerá da teoria psicológica específica esposada por aquele que toma a iniciativa de conceituá-lo. Ademais, o constructo "personalidade" situa-se obrigatoriamente em um nível superior ao dos processos e estados psicológicos operacionalmente definíveis e empiricamente pesquisáveis de modo "mais direto" (ou "menos indireto", para se ser mais rigoroso), como ocorre com a percepção, a aprendizagem, a emoção ou os estados de consciência. Estas considerações implicam, portanto, que o conceito de personalidade deveria idealmente constituir uma formulação sintética de todas as variáveis relevantes da psicologia individual, em suas duas vertentes — geral e diferencial.

Aceitando-se que na psicologia moderna distinguem-se quatro grandes sistemas psicológicos, obviamente menos monolíticos do que as antigas "escolas de psicologia" ou as ainda anteriores "doutrinas filosóficas" que os originaram, conclui-se, fa



ce ao exposto até o momento, que há pelo menos quatro concepções genéricas suficientemente distintas de "personalidade". De fato, o Behaviorismo, a Psicologia Cognitiva, a Psicanálise e a Psicologia Humanista, descontadas suas múltiplas ramificações e divergências internas, tendem a abordar a questão da personalidade de maneiras absolutamente peculiares, inclusive no que se refere à importância explicativa que conferem a esse constructo. Para os propósitos do presente estudo, parece pouco relevante um exaustivo arrolamento de definições particulares propostas no âmbito de cada um de tais sistemas; ao contrário, será seguramente mais proveitoso fazer uma comparação sucinta de seus pressupostos básicos, e particularmente do modo como estes se refletem em suas respectivas noções de personalidade. Três critérios apresentam-se como especialmente relevantes para essa comparação: a doutrina filosófica da "natureza humana" que cada sistema parece "reeditar" em termos psicológicos modernizados; o grau de compromisso de cada sistema com uma perspectiva determinista dos fenômenos psicológicos; e a relativa ênfase colocada na personalidade como conceito explicativo, como organização psicológica a ser explicada, ou como ambas as coisas.

Os trabalhos englobados modernamente pelo rótulo de Psicologia Cognitiva, que representam inegavelmente uma ampliação do tratamento anterior e mais restrito das questões psicológicas pelo Gestaltismo, proporcionam uma visão do psiquismo humano consentânea com a longa tradição filosófica do "racionalismo psicológico". Independentemente de aderirem ou não a uma concepção inatista dos processos cognitivos, como antes postulada pelos racionalistas e pelos gestaltistas, as atuais contribui-

ções da Psicologia Cognitiva são nitidamente deterministas, na medida em que procuram estabelecer leis e princípios do desenvolvimento e funcionamento daqueles processos. Quanto ao conceito de personalidade em si mesmo, não parece ele desempenhar um papel importante na explicação do comportamento; pois, com a possível exceção das teorias do equilíbrio em psicologia social, que advogam a existência de uma natural necessidade de coerência por parte dos homens em seus relacionamentos interpessoais (o que consequentemente os explicaria), a Psicologia Cognitiva não dispõe de outras noções explicativas mais próximas da de personalidade. Esta seria assim principalmente algo a ser explicado, como resultado das demoradas investigações acerca de processos mais básicos que parecem ocupar presentemente toda a imaginação, tempo e esforço dos teóricos cognitivistas.

Também para o Behaviorismo a personalidade, como organização psicológica interna duradoura e diferencial dos indivíduos, constitui um ponto de chegada, não um ponto de partida para a explicação do comportamento; para dar um exemplo, Bijou e Baer (1980), que aplicam consistentemente as proposições básicas de B. F. Skinner e de J. R. Kantor em sua análise comportamental do desenvolvimento da criança, sustentam que aspectos duráveis e persistentes no comportamento de um indivíduo, comumente descritos como traços de sua personalidade, podem ser explicados em termos de sua história passada de "reforçamento em intervalo variável" (p. 75). O flagrante determinismo da perspectiva behaviorista tem sido associado frequentemente por historiadores da psicologia (por exemplo, Allport, 1968) à doutrina filosófica do "hedonismo" de Bentham; o que pode ser bastante correto no

que se refere à formulação original da "lei do efeito" por Thorndike em 1898, mas dificilmente aplicável ao determinismo em pírico sobre o qual se fundamenta epistemologicamente a moderna teoria do reforço skinneriana. Mesmo presentemente atenuado o ambientalismo extremo que Watson imprimira ao behaviorismo, como é manifesto em Skinner e particularmente em Bandura, as abordagens comportamentais continuam privilegiando as interações específicas dos organismos da espécie humana com seus ambientes físicos e principalmente sociais para dar conta das diferenças individuais de personalidade, bem como para responder por suas relativas durabilidade e estabilidade internas.

A Psicologia Humanista, que se apresenta frequentemente como "a terceira força" em psicologia, só pode ser adequadamente apreciada por referência às duas outras "forças" em relação às quais se propõe como alternativa — o Behaviorismo e a Psicanálise. Ao contrário desses dois sistemas, a Psicologia Humanista mostra-se flagrantemente não-determinista, já que, fiel à sua abordagem caracteristicamente "idiográfica" do homem, não reconhece sequer a possibilidade de estabelecimento de leis gerais do comportamento humano; ou seja, afirma não apenas que tais leis não puderam ainda ser estabelecidas, mas sim que não poderão sê-lo nunca, que o fenômeno humano simplesmente é inapreensível segundo uma abordagem "nomotética". A personalidade inexplicável é, desse modo, o ponto de partida típico para todas as explicações da Psicologia Humanista; as personalidades individuais são consideradas únicas mesmo por natureza, e a atualização dos potenciais personalógicos é vista como limitável em grau e direção ou qualidade pelas condições sociais externas vigen-

tes, mas não por estas efetivamente determinadas. A doutrina da "natureza humana" subjacente a tal noção de "potencial de crescimento psicológico", e a seu corolário prático da "facilitação de atualização do potencial", consiste nitidamente na tese do "altruismo" ou do "selvagem nobre" de Rousseau; e é em termos dessa filiação filosófica que a Psicologia Humanista entra decididamente em choque com a Psicanálise.

A "natureza humana" implicada nas proposições teóricas da Psicanálise é realmente antitética à sustentada pelos psicólogos humanistas; trata-se da doutrina do "egoísmo" ou da "busca de poder" proposta por Hobbes. Ao otimismo de Rousseau opõe-se o hedonismo pessimista de Hobbes, que antecedeu ao hedonismo amoralista de Bentham. O determinismo psicanalítico, fundado sobre tal perspectiva filosófica, é evidente: o comportamento, o sentimento e o pensamento humanos são meios para a descarga de pulsões instintivas arraigadas na espécie; "todo comportamento é motivado", afirmara mesmo Freud. O aspecto mais interessante, porém, da Psicanálise para as finalidades deste estudo exploratório, e que a distingue dos demais sistemas teóricos considerados, consiste na ênfase que ela atribui à personalidade simultaneamente como conceito explicativo dos fenômenos psicológicos manifestos e como entidade psicológica interna que deva ser em si explicada.

Concluindo, sucintamente: para a Psicanálise, a personalidade não é ponto de partida e nem é ponto de chegada; é autêntico constructo teórico interveniente, que em seu nível superior de formulação escapa inclusive à célebre distinção entre

"constructos hipotéticos" e "variáveis intervenientes". Na perspectiva psicanalítica, é preciso explicar a personalidade, para usá-la na explicação do comportamento. Embora se possa argumentar que isto se encontra implícito nas concepções de personalidade sustentadas pelos demais sistemas psicológicos, a verdade que aqui importa é esta mesmo: está apenas implícito; não constitui um aspecto tão extensamente elaborado e intensamente discutido como o é na Psicanálise. Há uma diferença de ênfase, pelo menos; e é essa diferença que leva a que se elejam as proposições psicanalíticas acerca da personalidade feminina, juntamente com as revisões e críticas que têm sofrido, como o contexto teórico específico de referência nesta dissertação.

## 2.2 A personalidade feminina: suas origens e vicissitudes segundo a Psicanálise

As proposições de Sigmund Freud acerca da estrutura e traços dominantes da personalidade feminina, derivadas de sua teoria geral da sexualidade, encontram-se desenvolvidas principalmente, e com frequência de modo fragmentário, em cinco de seus escritos: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905); Sobre o narcisismo (1914); Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica dos sexos, em Inibição, sintoma e angústia (1925); A sexualidade feminina (1931); e Feminilidade, em Novas conferências introdutórias sobre psicanálise II (1932).

De Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (Freud, 1972) podem-se extrair as seguintes formulações conceituais e teóricas relevantes para o presente trabalho:

- . O termo "libido" refere-se à energia instintual ligada à sexualidade; designando-se como "objeto sexual" a pessoa de quem procede a atração libidinal, e como "objetivo sexual" o ato final que resulta dessa atração.
- . A noção de "bissexualidade" implica que, antes de chegarem à puberdade, as crianças de ambos os sexos experimentam uma condição de monismo ou indiferenciação sexual, ou seja, não se dão conta de que existe uma real diferença qualitativa entre elas.

- . As comparações são efetuadas em termos de uma diferença quantitativa, de tamanho, entre os respectivos aparelhos genitais; o pênis como o modelo conhecido, ou mais evidente, constituiria o padrão em função do qual o clitóris é avaliado.
- . Na medida em que a existência da vagina é inicialmente desconhecida por parte das meninas, a sexualidade destas é de caráter essencialmente masculino; isto seria evidenciado por sua atividade masturbatória envolvendo o clitóris, o análogo do pênis.
- . Afinal, no período pré-edipiano, meninos e meninas descobrem que há uma diferença física entre seus sexos, no sentido de que nas últimas "falta" alguma coisa; ou, mais precisamente, desenvolvem ambos a fantasia de que as meninas teriam sido de algum modo castradas.
- . Tal "complexo de castração" manifesta-se de modos distintos nos dois sexos: os meninos passam a menosprezar as meninas por sua "deficiência", ao mesmo tempo em que começam a temer que eles próprios venham também a ser castrados; nas meninas são despertados sentimentos de inferioridade e um intenso desejo de ser como os meninos, o que foi chamado de "inveja do pênis".
- . No período de latência, meninos e meninas apresentam uma retração da sexualidade, um maior investimento no aspecto intelectual, e ocorre um afastamento tácito entre os sexos; aparecem os sentimentos de repugnância, vergonha e os ideais estéticos e morais, ou seja, começam a funcionar os mecanismos de "su-

blimação" e "formação reativa" apontados como responsáveis pelas realizações culturais.

- . Por ocasião da puberdade, a ereção traz para o menino um novo objetivo, além do prazer auto-erótico da masturbação, que é a penetração em uma cavidade; na menina há um retraimento da sexualidade cliitoriana e o descobrimento da vagina; as organizações psicosexuais precedentes — fases oral, anal e fálica — compõem o quadro evolutivo preparatório para este estágio genital propriamente dito.
- . A diferenciação psicológica entre homens e mulheres ocorre por tanto na puberdade; sendo que traços como vergonha, repugnância, piedade e tendência à repressão sexual, bem como instintos parciais de sexualidade sob uma forma passiva, surgiriam mais cedo e mais fortemente nas mulheres.
- . A libido é uma energia de natureza invariável, e toma sempre uma forma ativa, "masculina"; nas mulheres, durante a puberdade, as zonas de excitação erógena são deslocadas para a vagina, e a repressão da masturbação nessa época propicia a transferência para o sexo oposto das sensações derivadas de suas próprias sensações.

Do texto Sobre o narcisismo (Freud, 1972) podem ser extraídas as seguintes proposições significativas:

- . Um "narcisismo primário" normal encontra-se presente desde os primórdios da vida emocional da criança, ou seja, o objeto inicial de investimento libidinal é o próprio eu; tal narcisismo constitui mesmo um estágio decisivo na formação do eu, embora



deva ser abandonado aos poucos para que um "ego" maduro chegue a ser construído.

- . O indivíduo não se encontra plenamente organizado do ponto de vista psíquico já ao princípio da vida; em outras palavras, o ego deve se desenvolver gradativamente, e para que isso aconteça é preciso que se juntem ao auto-erotismo outros objetos libidinais, dentre os quais aparece como privilegiada a imagem materna.
- . Um "narcisismo secundário" surge então em consequência desses investimentos objetais, constituindo um novo estado que no contexto geral da sexualidade forma a base para a auto-estima e o equilíbrio emocional posteriores.
- . O narcisismo é mais intenso nas mulheres do que nos homens, na medida mesmo em que pode ser visto como função do complexo de castração e da inveja do pênis, bem como da articulação destes com a repressão sexual.
- . O narcisismo é um componente normal das relações amorosas adultas. Nas mulheres ele se caracteriza pelo desejo de ser amada, o que explicaria assim sua atração pelos homens; por outro lado, os meticulosos cuidados com a própria aparência (para assegurar-se de ser amada) responderiam pelo aumento da atração exercida sobre os homens.
- . O narcisismo, com seu conjunto de fantasias associadas, cria a sensação de imortalidade para o ego. A fim de fugir à realidade da morte, os indivíduos, mas especialmente as mulheres, investem libidinalmente sobre os filhos, que representam parte

de seus próprios corpos e continuação de suas próprias vidas; desse modo, o narcisismo primário, a fantasia de onipotência frente à morte e a satisfação da libido objetal ensejam a emergência do sentimento de maternidade (e, em menor grau, de paternidade).

Em Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica dos sexos (Freud, 1972) encontram-se os seguintes argumentos principais relativos à estruturação da personalidade feminina:

- . No caso do menino, a situação do "complexo de Édipo" é de fácil compreensão: a mãe é um objeto constante desde o nascimento, e ele pode permanecer com sua relação objetal inalterada; após a crise edipiana, o menino deve buscar uma identificação com o pai, no entanto a orientação bissexual se mantém e as atitudes ativa e passiva também.
- . No caso da menina, é preciso explicar como ela chega a abandonar a mãe e substituí-la pelo pai como objeto de investimento libidinal: ao descobrir que o menino é portador de um pênis de tamanho e forma diferentes do seu clitóris, ela desenvolve um sentimento de inferioridade, que tenta inicialmente resolver de maneiras variadas e ineficazes; quando percebe que todas as mulheres são iguais, inclusive a mãe, atribui-lhe a culpa por sua própria "deficiência", julga-se vítima de seu desamor e passa a ter raiva dela por isso, o que finalmente a leva a afastar-se da mãe e buscar o pai como objeto libidinal.

- . A inveja do pênis por parte da menina traz como consequência uma formação reativa chamada de "complexo de masculinidade", que em sua dimensão primitiva inclui o desejo ou a expectativa de que seu clitóris venha a crescer e se tornar igual ao pênis do menino. Quando não há um posterior abrandamento da inveja, desenvolvem-se traços de personalidade como sentimento de inferioridade, desprezo em relação ao próprio sexo "castrado", ciúme, e finalmente a redução dos laços com a mãe.
- . Na menina o complexo de Édipo surge depois do complexo de castração, e a resolução daquele depende da resolução prévia deste. Como a masturbação é uma atividade "tipicamente" masculina, a eliminação da masturbação clitoriana constitui um pré-requisito ineludível para o desenvolvimento da feminilidade; pois, a partir daí, a menina renuncia ao desejo de ter um pênis e o substitui pelo desejo de ter um filho, para cuja obtenção fantasiosa aproxima-se do pai.
- . As diferenças psíquicas entre homens e mulheres são assim, em última análise, consequência das diferenças anatômicas entre seus respectivos aparelhos genitais. O herdeiro das catexias sublimadas do complexo de Édipo é o "superego", e, nesse sentido, o superego masculino será sempre mais intenso, rígido, impessoal, independente de suas origens afetivas, do que o superego feminino. A mulher, segundo essa hipótese, teria uma visão ética diferente da do homem, possuiria menos sentido de justiça, seria mais resistente a se submeter às grandes necessidades e mais propensa a decidir com base na emoção e sentimentos de afeto ou hostilidade.

Em A Sexualidade Feminina (Freud, 1972), que trata basicamente da fase pré-edípica nas meninas, além de serem retomadas algumas das proposições desenvolvidas nos conceitos anteriormente apreciados --- complexo de castração, inveja do pênis, troca de objeto libidinal, narcisismo e sentimento de inferioridade --- são levantadas as seguintes questões:

- . Os efeitos de ligação primitiva da menina com a mãe são difíceis de interpretar, por causa do seu arcaísmo; especula-se que nessa fase possam se encontrar as raízes da paranóia feminina e da fixação histérica.
- . A mulher é mais bissexual do que o homem. A relação filha-mãe é sempre ambivalente: os objetivos sexuais da menina em relação à sua mãe são ativos ou passivos dependendo da fase em que a primeira se encontrar. Tal alternância seria verdadeira até mesmo fora dos limites da libido sexual, pois uma impressão recebida passivamente tende a provocar reações ativas, com a criança procurando repetir o que ela mesma sofrera. Na instância libidinal, as primeiras vivências da menina são de natureza passiva, mas sua libido logo a levará a vivências ativas como sugar, chupar, mamar; ou seja, a menina procurará fazer da mãe um objeto passivo, enquanto ela própria desempenhará o papel de sujeito.
- . Pode-se estabelecer uma identidade entre a oposição "passivo-ativo" e "feminino-masculino", pois, embora a menina experimente inicialmente em suas relações libidinais os impulsos --- passivos e ativos --- correspondentes às diferentes fases de desenvolvimento psicosexual, os desejos passivos acabam por

prevalecer sob a forma de uma fantasia de ter sido seduzida pelo pai; enquanto que, no menino, a forma definitiva de resolução do complexo de Édipo é nitidamente ativa — a identificação com o pai.

Na Conferência sobre Feminilidade (Freud, 1972), conquanto se reafirmem todos os argumentos teóricos expostos nos escritos precedentes aqui resenhados, são proporcionados alguns importantes esclarecimentos, consubstanciáveis na assertiva de que "a Psicanálise procura explicar como a mulher se forma e não estabelecer normativamente como ela é":

- . A ciência pode afirmar o caráter bissexual do ser humano, pois, embora homens e mulheres apresentam caracteres sexuais secundários nitidamente diferentes, existem em cada um claros vestígios das características do outro sexo.
- . A distinção psicanalítica entre masculino e feminino em termos de atividade-passividade se faz em bases puramente biológicas, em que o comportamento sexual típico do macho envolvendo o movimento de penetrar é chamado de ativo, e o papel consumatório último da fêmea de ser penetrada é chamado passivo. Em termos psíquicos, seria característico da feminilidade preferir fins (ou objetivos finais) passivos, porém isto não implica "passividade" generalizada, pois para se chegar a um fim passivo pode ser necessária uma intensa atividade anterior.

- . Pode ser que ocorra frequentemente nas mulheres uma generalização da passividade psicosexual para outras dimensões da vida prática, mas isto se deveria principalmente à influência dos costumes sociais, que não deve ser subestimada. A repressão da agressividade culturalmente imposta à mulher pode, inclusive, constituir um importante fator no desenvolvimento de poderosos impulsos masoquistas.

Em síntese, para Freud, a estruturação da personalidade feminina encontra-se definitivamente ligada aos pressupostos básicos de sua teoria da sexualidade. Dentre estes, os mais significativos, no caso da mulher, são os seguintes:

- . Bissexualidade - traço comum a ambos os sexos, porém muito mais acentuado na mulher;
- . Complexo de castração - vivenciado de maneiras diferentes pelos dois sexos; obrigando na mulher à troca de objeto de investimento libidinal, posteriormente ao advento de sentimentos de inveja e inferioridade;
- . Passividade - biologicamente, e psicosexualmente, a tendência predominante da mulher seria para o comportamento passivo;
- . Narcisismo - presente na mulher sob a forma passiva do desejo de ser amada, com implicações específicas no que se refere à atração sexual adulta.
- . Masoquismo - como um traço típico da feminilidade e ligado a masturbação dita clitoriana e ao complexo de Édipo.

Em decorrência dessa abordagem teórica, alguns traços característicos da personalidade feminina foram explicitamente apontados por Freud em sua obra:

inveja, insegurança, astúcia, passividade, conservadorismo, sensualidade, vergonha, maior sentimento de repugnância, maior preocupação com a moral, maior tendência à impressão sexual, maior sentimento de piedade, exibicionismo, receptividade, maior preocupação em ser amada do que em amar.

As proposições teóricas de Freud acerca do desenvolvimento da sexualidade feminina, e conseqüentemente da estruturação da personalidade feminina, não foram, entretanto, plenamente aceitas no próprio âmbito do movimento psicanalítico. Mesmo um de seus mais fiéis seguidores Ernest Jones, em um trabalho escrito em 1927 e intitulado O desenvolvimento precoce da sexualidade feminina, já faz restrições a algumas das proposições freudianas, particularmente no que se refere ao "complexo de castração", reinterpretando suas supostas implicações nos termos mais sociais da "relação de autoridade" entre pais e filhos. Não obstante, as revisões mais extremas e significativas do pensamento psicanalítico ortodoxo, incluindo aquelas relacionadas com a questão da personalidade feminina, são produto de um grupo de autores que passou a ser conhecido como "a escola culturalista de psicanálise". Dentre estes, destacam-se aqui, pela relevância de seus escritos para os propósitos do presente trabalho, Karen Horney (1932, 1933) e Clara Thompson (1942, 1945).

Em seu artigo A negação da vagina, de 1933, Karen Horney (s/d) reexamina, a partir de uma perspectiva propriamente feminina, algumas das propostas freudianas acerca da sexualidade da mulher, apresentando como alternativa explicativa básica os temores que as mulheres experimentam em relação aos seus próprios órgãos sexuais. Segundo ela, Freud teria reduzido a sexualidade feminina a uma sucessão de ressentimentos, do que decorrem as seguintes implicações: a mulher normal teria que, durante todo o tempo, se esforçar para superar suas tendências masculinas; o homossexualismo feminino seria mais frequente que o masculino; a maternidade constituiria uma "orgia substitutiva" e não um prazer instintivo. Na realidade, de acordo com Horney, a menina torna-se mulher muito cedo e "de chofre", e não ao longo da puberdade; e as próprias disposições psicológicas femininas duradouras já se encontram presentes antes da ocorrência desse processo fisiológico. Existe, diz ela, todo um conjunto de atitudes características de cada um dos sexos, que se pode notar desde a mais tenra infância; ou seja, desejos expressos bastante cedo na vida, frequentemente de modo lúdico, e que são da mesma natureza dos que se manifestam no período de latência. A autora relata diversos casos clínicos de masturbação vaginal frequente por meninas muito novas, o que evidencia a existência de sensações vaginais desde cedo nas mulheres. A frigidez é apontada por Horney como um exemplo bastante ilustrativo da repressão das excitações vaginais, em função de temores fantasiados da relação com o pai; mas também de outros temores, objetiva e especificamente femininos, tais como a enorme desproporção entre o pênis e a vagina (isto é, seu tamanho aparente), a menstruação, o defloramento, o parto e o aborto. Como os ór-



gãos reprodutores femininos não são visíveis, tais temores desafiam uma avaliação objetiva dos perigos ou ameaças reais que representam, podendo portanto ser neuroticamente acentuados de modo a levar à frigidez. Pode-se assim concluir, diz a autora, que a vagina desconhecida é na verdade a vagina negada, culturalmente, tanto para a menina como para o menino.

Em O medo da mulher, de 1932, Karen Horney (1975) focaliza os temores psicosssexuais do menino, como culturalmente conditionados, e não exatamente determinados pela situação edipiana clássica. Nesse sentido, a autora relaciona uma quantidade de lendas e tabus sociais em que a mulher é apresentada como ameaçadora e perigosa. Argumenta, em seguida, que durante toda a primeira infância o menino é educado, reprimido, dominado e frustrado pela mãe. Posteriormente o menino a deseja, mas, por encontrar-se em uma situação de inferioridade que lhe provoca medo, empreende uma retirada "falo-narcisista" e reprime seu conhecimento da existência da vagina na mulher.

Clara Thompson (s/d), em seu artigo A inveja do pênis nas mulheres, de 1942, nega que a "inveja do pênis", uma atitude básica nas mulheres neuróticas, possua o caráter de "carência biológica" que Freud lhe atribuíra. Diz ela, textualmente:

"Fatores culturais podem explicar tendências a sentirem-se inferiores em relação ao seu sexo e sua conseqüente tendência a invejar o homem, que este estado de coisas pode muito bem fazer com que as mulheres culpem ao seu sexo de todas as suas dificuldades. Assim, elas podem valer-se da posição de inferioridade cultural como racionalização para todos os sentimentos de inferioridade" (Thompson, 1942, p. 271).

Segundo Clara Thompson, a chamada "inveja do pênis" constitui uma representação simbólica das atitudes das mulheres (normais) da nossa sociedade; trata-se, a rigor, de uma "inveja do homem". Admitindo, não obstante, que qualquer ameaça às pessoas — homens, mulheres ou mesmo grupos humanos — possa aparecer em sonhos como castração, a autora argumenta que tal atitude não tem necessariamente uma relação específica com a sexualidade e os genitais propriamente ditos, chegando a atingir só de maneira secundária a vida sexual em si. No caso das relações entre homens e mulheres em uma cultura competitiva, o sincretismo da "inveja do pênis" pode ser atribuído a dois fatores significativos: primeiro, a atitude geral de grupos dominados diante de grupos dominantes; segundo, a existência de um tipo muito íntimo de relação — o ato sexual — entre os membros dos dois sexos. Conclusivamente, Thompson afirma que a competição e a discriminação sociais características da cultura ocidental despertam na mulher uma atitude competitiva para com o homem; vindo o "pênis" simplesmente a constituir o símbolo do poder em função do qual se desenvolve a competição. A "inveja do pênis" é assim, nesse sentido, uma construção de caráter nitidamente secundário; em uma sociedade matriarcal, por exemplo, o símbolo valorizado seria os seios, e se poderia talvez falar de uma atitude competitiva por parte dos homens como "inveja dos seios".

Em continuidade à abordagem anterior, Clara Thompson (s/d), no artigo de 1945 intitulado Alguns efeitos da desvalorização feminina, denuncia inicialmente o fato de que a dominação cultural masculina é grandemente responsável pela produção de "explicações da psicologia feminina" exclusivamente por auto

res do sexo masculino. Algumas mulheres teriam, nos últimos anos, conseguido romper esse "monopólio" e começado a escrever sobre a estrutura e características psíquicas de seu próprio sexo, mas ainda não parecem ter conseguido se livrar inteiramente da orientação masculina. Comentando o papel desempenhado por Freud nesse sentido, diz essa autora:

"Freud foi um pensador sumamente receptivo, porém um homem bastante disposto a apoiar a teoria da superioridade masculina predominante na Cultura. Isto sem dúvida deve ter dificultado sua compreensão das experiências de vida da mulher, sobretudo as que se relacionam com o papel feminino" (Thompson, s/d, p. 72).

Como uma das estudiosas femininas da Psicanálise que se dispôs a contribuir para a modificação desse estado de coisas. Clara Thompson apresenta duas prováveis razões para a desvalorização da mulher na literatura psicanalítica: a primeira é a de que predomina na cultura ocidental a idéia de que o impulso sexual feminino não é tão importante nem tão gratificante quanto o masculino; a segunda é a de que a nossa cultura subestima o patrimônio sexual feminino, particularmente no que se refere ao aspecto físico de seus órgãos genitais. De fato, diz Thompson, "inveja do pênis" é um conceito flagrantemente masculino; e o que importa, conclui ela, não é que se possa questionar se a mulher deve se resignar ou não a não ter um pênis, mas sim que ela deve efetivamente se libertar das desaprovações culturais relacionadas à sua sexualidade.

### 2.3 As relações entre personalidade, processo de socialização e mudança histórica

Como ficou estabelecido anteriormente, a Psicanálise, ou melhor, seu peculiar posicionamento em relação à personalidade feminina, passou a constituir a informação psicológica teórica à qual deveriam ser referidas as dimensões literária e sócio-política do presente estudo; e isto não por uma questão de conveniência, para facilitar esse estudo, mas justamente ao contrário para problematizá-lo a um grau máximo. Multiplicam-se assim as frentes de possível atividade exploratória ao longo do estudo, pois, se o conceito de personalidade é já em si mesmo complexo, seu manuseio em trabalhos de pesquisa empírica torna-se ainda mais difícil quando se lhe atribui uma base teórica psicanalítica, de preferência a qualquer outra.

Nessa linha justamente desejável de uma franca explicitação das dificuldades que envolvem o conceito de personalidade em geral, o conceito de personalidade como psicanaliticamente informado e, particularmente, as tentativas de isolamento de uma "personalidade feminina típica", segue-se, ainda em termos de necessárias "considerações conceituais e teóricas", uma sucinta tomada de consciência das possíveis contribuições de antropólogos, sociólogos e historiadores para uma mais cabal problematização de tais formulações psicológicas, e frequentemente "psicologistas".

De início, cabe denunciar que a proposição psicanalítica original de que é viável ou apropriado isolar e caracterizar o desenvolvimento de uma personalidade modal ou típica das mulheres, em função de fatores invariantes de ordem biológica sexual, vem sendo combatida já há bastante tempo. Um tal combate à concepção de uma natureza humana feminina fixa e imutável, como ocorrido no âmbito estrito da própria Psicanálise, foi demonstrado na seção precedente. Restrições semelhantes, ou seja, enfatizando possíveis determinantes culturais da organização psicológica humana, têm sido formuladas também por autores sem uma formação psicanalítica, ou mesmo psicológica, básicas. De fato, contribuições de antropólogos, sociólogos e historiadores, quando efetivamente assimiladas pela Psicologia, particularmente através de suas divisões "Social", "da Personalidade" e "do Desenvolvimento", têm funcionado como importantes corretivos para as concepções "psicologistas" ou psicológico-naturalistas do homem e da mulher.

Dentre os estudos antropológicos que cumprem essa função corretiva, tornou-se já de menção obrigatória o clássico Sexo e temperamento em três sociedades primitivas conduzido por Margaret Mead na Nova Guiné, no início da década de 30. Ao demonstrar que as diferenças entre padrões temperamentais, ou personalológicos, atribuídos aos dois sexos em nossa cultura, inexistem na sociedade Arapesh (em que tanto homens quanto mulheres exibem algo como o "padrão feminino ocidental") e na sociedade Mundugunor (em que ambos os sexos aderem ao chamado "padrão masculino"), e se apresentam invertidos na sociedade Tchambuli, Mead parece ter desferido um golpe fatal na antiga doutrina da "natu-

reza humana". Seu trabalho anterior — Coming of age in Samoa, de 1928 — já havia também levantado grandes dificuldades para as formulações psicofisiologistas prematuras acerca da existência de estágios universais de desenvolvimento psicológico em função de modificações fisiológicas advindas com a idade; no caso, foi particularmente infirmada a relação supostamente necessária entre a "crise da adolescência" e as alterações pubertárias nas meninas. Igualmente relevante nesse sentido é o questionamento que Bronislaw Malinowski faz, em Sexo e repressão na sociedade selvagem (1927), da pretensa universalidade do "Complexo de Édipo". Merecem ainda crédito especial por suas contribuições à tese do relativismo cultural do homem (isto é, à antítese da tese da natureza humana): Ruth Benedict em Patterns of culture, (1934), por sua tentativa de estabelecimento de uma tipologia diferencial das culturas humanas; e, "last but not least", Ralph Linton O homem - uma introdução à antropologia, (1936), por sua célebre sistematização didática da inter-relação de "cultura e personalidade". Embora o argumento relativista tenha sido, posteriormente a esses estudos pioneiros, levado a extremos de negação implícita de qualquer princípio de unidade biológica da espécie humana, e se verifique atualmente dentro da Antropologia justos movimentos de reação a tal estado de coisas (por exemplo, Morin, 1975), sua salutar influência não pode ser negada, pelo menos no que se refere às mudanças de rumo que provocou na investigação da "psicologia feminina".

Quanto à Sociologia, suas principais contribuições, via Psicologia Social, consistiram no conceito dinâmico de "processo de socialização" e no importante conjunto de teorias do

"papel social". É interessante, de início, fazer notar que tais contribuições não foram plenamente assimiladas pelos estudiosos da personalidade, persistindo inclusive ainda hoje um certo clima de desconfiança por parte dos psicólogos em relação especialmente ao constructo de "papel". De fato, à primeira vista, personalidade e papel parecem conceitos mutuamente excludentes ou incompatíveis, mesmo quando se aceita a determinação sócio-cultural da personalidade, como o atestam os seguintes comentários de Booth (1976), um psicólogo de sensibilidade sociológica:

"Os sociólogos têm estado tradicionalmente mais interessados no processo de socialização, ao passo que a tendência dos psicólogos é para se concentrarem nos fatores envolvidos no desenvolvimento da personalidade. Isto acarretou certa dose de confusão na literatura, onde os psicólogos são propensos a afirmar que não existe muita coisa no processo de socialização além do desenvolvimento da personalidade, enquanto que, por seu lado, os sociólogos acham não haver muita coisa na personalidade além da aprendizagem de papéis sociais" (p. 63).

Em um aprofundamento desse diagnóstico, Holland (1979), um sociólogo receptivo a informações psicológicas, denuncia a frequente oposição entre o papel como conceito sociológico normativo ou conformista e a personalidade como conceito psicológico autônomo ou individualista; e esclarece, em seguida:

"Isto não quer dizer que os conceitos tenham necessariamente essas características, mas que são vistos como se as tivessem pelos psicólogos que se referem a teorias sociológicas e pelos sociólogos que se referem a teorias psicológicas. Frequentemente, isso não passa de um erro de reificação que toma o conceito intencionalmente limitado do psicólogo por um modelo inadequado da pessoa no contexto social, enquanto a preocupação do so-

ciólogo pelos aspectos sócio-estruturais do papel é vista como uma negação de autonomia (ao indivíduo)" (Holland, 1979, p. 20).

Voltando à questão substantiva que interessa ao presente trabalho — a possibilidade de mudanças qualitativas da personalidade individual e modal — o que parece necessário é uma concepção da personalidade em que não se sustente, por definição, sua consistência ou estabilidade em diferentes contextos situacionais ou ao longo do tempo. O que idealmente se precisaria é de algo entre a "definição" implícita em Zigler e Child (1973) (ver página 5) e aquela atribuída a Brim (1960), segundo a qual "a personalidade consiste exclusivamente no conjunto de papéis sociais acessíveis a um indivíduo em qualquer momento dado" (Booth, 1976, p. 65). Tal concepção, intermediária, ainda que não explicitamente formulada, parece bastante plausível quando se convem realisticamente que fatores genético-constitucionais, biográficos e situacionais combinam-se sempre, embora em variadas proporções, no processo de "super-determinação" (segundo o princípio da causalidade múltipla) das "manifestações de personalidade" em qualquer caso concreto. Essa conceituação de "personalidade" encontra fundamentação epistemológica na constituição, segundo proposta de Maisonneuve (1977), de uma "Psicossociologia", denominação que prefere à de "Psicologia Social", como uma ciência não autônoma, intermediária ou "charneira" entre a Psicologia e a Sociologia, delas simultaneamente dependente, e tendo como função precípua a articulação entre suas respectivas formulações teóricas e descobertas empíricas.



Uma última providência para a introdução problematizada ao contexto teórico específico de referência do presente estudo consiste na apreciação das implicações da mudança histórica para a organização psicológica humana. As proposições iniciais mais significativas nesse sentido são originárias da "Nova História" francesa, e especialmente da corrente chamada de "História das Mentalidades", cujo representante mais conhecido no Brasil, pelo menos entre os psicólogos, é Philippe Ariès. Ao transferir o foco das investigações históricas da vida dos "grandes homens" e dos fatos estritamente político-econômico-militares para a vida do homem comum e os acontecimentos que lhe são mais relevantes, essa nova história tornou-se em grande medida "psicológica". A constituição de um domínio específico como esse das "mentalidades", em que pese a conotação arcaica do termo para os psicólogos contemporâneos, é em si mesma uma promissora indicação de que a História esteja desenvolvendo um tipo de conhecimento realmente útil à Psicologia. É isto o que sugere Ariès no prefácio de sua magnífica História social da criança e da família:

"Uma pessoa pode tentar elaborar uma história do comportamento, ou seja, uma história psicológica, sem ser ela própria psicóloga ou psicanalista, mantendo-se à distância das teorias, do vocabulário e mesmo dos métodos da psicologia moderna, e ainda assim, interessar esses mesmos psicólogos dentro de sua área. Se um sujeito nasce historiador, ele se torna psicólogo à sua moda, que não é certamente a mesma dos psicólogos modernos, mas se junta a ela e a completa. Nesse momento, o historiador e o psicólogo se encontram, nem sempre ao nível dos métodos que podem ser diferentes, mas ao nível do assunto, da maneira de colocar a questão, ou, como se diz hoje, da problemática" (Ariès, 1978, p. 13).

Realmente, tal História psicológica interessou, e muito, aos psicólogos, e sua contrapartida já floresce há algum tempo sob a designação de "Psicologia Histórica". Para destacar a relevância psicológica de um dos trabalhos pioneiros nesse campo -- a Metablótica (1956) -- observe-se a comprovação, da dimensão temporal-histórica, que seu autor, o psiquiatra holandês J. H. Van den Berg, faz da descoberta de Margaret Mead (1959), na dimensão geográfico-cultural, de que o importante fenômeno psicológico da adolescência é socialmente e não fisiologicamente condicionado. De acordo com evidências coletadas por Van den Berg e proporcionadas por historiadores como o próprio Ariès, a adolescência só teria surgido como estágio de desenvolvimento psicológico humano na civilização ocidental a partir da Revolução Industrial.

2.4. A condição social da mulher e sua relação com a personalidade, na perspectiva de intelectuais feministas.

Como foi visto na seção 2.2, psicanalistas culturalistas, como Karen Horney e Clara Thompson, questionaram a atribuição por Freud de uma natureza psicosssexual biologicamente condicionada à mulher, e privilegiaram fatores de ordem sócio-cultural na determinação da personalidade feminina típica encontrada na civilização ocidental. Críticas às proposições psicanalíticas originais, seguindo essa mesma linha de argumentação, têm sido igualmente formuladas, de maneira algo mais incisiva, por diversas intelectuais ligadas ao movimento social feminista como um todo; são elas antropólogas, sociólogas, psicólogas, bem como políticas militantes e escritoras razoavelmente familiarizadas com o pensamento psicológico moderno. Em que pese a reação de algumas autoras contemporâneas, psicanaliticamente orientadas como Juliet Mitchell (s/d) e Janine Chasseguet-Smirgel (1975), que demonstram estranheza e impaciência em relação a tais críticas, denunciando nelas uma apropriação e distorção indevidas das idéias de Freud, já que o propósito explicitamente assumido por este fôra o estabelecimento teórico de uma natureza psicosssexual humana fixa, permanece o fato de que a caracterização freudiana da personalidade feminina é feita em termos flagrantemente depreciativos. Um crédito é, não obstante, concedido pelas feministas a Freud: sua obra lhes parece altamente relevante na medida mesmo em que proporcionou uma exposição pública ampla da situação psicológica cristalizada do gênero feminino; isto teria provocado nas mulheres o ímpeto de "virar a mesa" e tentar descobrir os determinantes sociais

primeiros dessa situação, bem como desvendar o processo pelo qual ela se perpetuava.

Essas últimas considerações não implicam que caiba às estudiosas críticas acima aludidas uma posição de pioneiras intelectuais da causa psicossociológica feminista; trata-se, antes, de uma retomada da luta. De fato, já em 1918, Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai e outras intelectuais (Kollontai, 1979, 1980) questionavam a condição da mulher na sociedade capitalista, e haviam se engajado no movimento revolucionário marxista soviético com a expectativa de que as perseguidas mudanças radicais na ordem sócio-político-econômica vigente ensejassem também mudanças igualmente radicais na situação psicossocial feminina. Encontra-se, na verdade, em toda a bibliografia pertinente aqui consultada a menção de que o movimento feminista, após ter experimentado um grande avanço durante quase toda a primeira metade do século, parecera sofrer uma paralização e mesmo um retrocesso ao final desse período.

Uma escritora de renome que, por sua peculiar inserção nessa época de relativa indefinição do movimento feminista, merece ser considerada como a precursora das intelectuais cujos trabalhos serão discutidos em seguida, é Simone de Beauvoir. Em sua obra 'O segundo sexo', de 1949, essa autora começa por caracterizar socialmente a mulher como alguém que é sempre percebido como "o outro", sem uma definição própria ou autônoma, um ser ao qual nunca foi permitido falar; tal assimetria de poder sendo mesmo uma constante desde o início da história humana. Beauvoir trouxe duas contribuições fundamentais para o desenvolvimento da li

teratura feminista ocidental: a primeira, a sistematização descritiva da condição da mulher em nossa sociedade; a segunda, a explicitação de que a mulher precisava, antes de mais nada, ocupar-se de sua própria condição para poder entendê-la. Em termos teóricos amplos, Simone de Beauvoir refutava a tese de que existisse uma "natureza feminina", e levantava a questão da construção social da mulher, denunciando sua situação presente como decorrente de relações bastante objetivas de poder; a tese da natureza feminina constituindo, assim, nada mais do que uma "razoável" racionalização do tipo sempre empregado por aqueles que detêm o poder para justificar a condição dos dominados. Em síntese, como mulher desencorajada de falar e como intelectual que aprendera a falar, Simone de Beauvoir percebeu que as pessoas do seu sexo se encontravam privadas dos traços humanos mais valorizados da individualidade e da autonomia justamente por isso — porque à mulher tinha sido negada a palavra. A implicação lógica desta conclusão é a de que, para mudar sua situação, a mulher deve, em termos sociais, tomar a palavra para falar de si mesma. É isto o que fazem as intelectuais feministas contemporâneas.

A dialética do sexo : um manifesto da revolução feminista de Shulamith Firestone e A mulher eunuco de Germaine Greer, ambas publicadas pela primeira vez em 1970, são obras bastante relevantes para a questão da condição psicosssexual da mulher, examinada esta segundo uma perspectiva eminentemente política. Firestone (1976) adota em sua apreciação das relações de dominação social homem-mulher o modelo dialético da luta de classes proposto por Karl Marx para dar conta da evolução

histórica da divisão social do trabalho. Na verdade, busca transcender a aplicação marxista, ao afirmar que a evolução social chegará a evidenciar que a rigor existem universalmente três classes sociais — os homens, as mulheres e as crianças. Nesse sentido, critica as próprias organizações políticas de esquerda e os movimentos revolucionários por elas dirigidos, que teriam sempre pretendido libertar o homem do jugo do capitalismo, mas desde que a mulher permanecesse no seu "devido" lugar; ou seja, questionam a dominação do homem pelo homem — uma mesma classe — mas não a dominação da mulher e da criança pelo homem. A crítica mais substancial de Shulamith Firestone é dirigida, no entanto, sem dúvida, à família patriarcal nuclear, onde se encontrariam as origens da maioria dos problemas das mulheres atuais. Tal organização familiar, segundo a autora, provocou a exacerbação do individualismo, aumentou a intolerância e a desconfiança, tornou a sociedade mais narcisista e doentia; usou a mística do amor e do romantismo para seduzir e enganar a mulher; promoveu e valorizou socialmente o papel de mãe, chamando mesmo de mártir a mulher que o desempenhava, para mais tranquilamente dominá-la. Ter-se-ia assim, na visão de Firestone, uma cultura essencialmente a serviço do homem como classe; e é nesse contexto que se insere a psicanálise — um recurso técnico, psicoterápico, aparentemente neutro, mas que tem como ineludível consequência política a manutenção do "statu quo", a adaptação ou submissão feminina à cultura masculina. No que se refere à revolução feminista em si, a autora considera que sua eclosão só se tornou possível de fato quando as mulheres passaram efetivamente a controlar a concepção; assim, puderam elas se descobrir e questionar a cultura — o homem — avalian-

do o que tem sido o ação desta sobre o seu destino.

Como Firestone, Germaine Greer (1970) advoga uma revolução feminista de cunho político radical. Denuncia a função coercitiva e limitadora da família, bem como os diversos artifícios culturais de controle que a sustentam; mas, afirma que a mulher está já atualmente acordando "e com uma fome de séculos" (sic), disposta a se subtrair à imposição de estereótipos e resgatar finalmente sua identidade. Greer defende que somente a união das mulheres, a maioria silenciada e humilhada que enquanto isolada no lar não pudera se dar conta de sua força, será capaz de promover as profundas modificações sociais necessárias, a derrubada dos valores culturais masculinos segundo os quais tem sido moldada a "personalidade feminina típica" que agora justamente aprenderam a rejeitar. Segundo a autora, as verdadeiras companheiras das feministas nessa jornada só podem ser as outras mulheres, únicas capazes de sintonia cognitiva com os objetivos do movimento; e, as estratégias para a revolucionária obtenção de mudanças significativas terão que implicar uma não adesão ao trabalho e ao status masculinos como socialmente definidos na atualidade, ou seja, é preciso evitar a todo custo a cooptação pela "classe" dominante.

Uma terceira intelectual feminista que propõe que as mulheres se voltem para seu próprio grupo e explorem elas mesmas as implicações psicológicas e sociais de sua condição sexual, é Luce Irigaray (1978). Ao questionar o status da mulher na "sociedade falocrática e capitalista" (sic) e o desencorajante retrato que Freud lhe impingira, essa autora considera que, embora

um grande número de mulheres possa se enquadrar na caracterização freudiana da personalidade feminina, pretender que esta constitua a realidade da natureza feminina é exorbitar. Examinando detidamente as proposições freudianas em suas dimensões tópicas, dinâmicas e econômicas, Irigaray conclui que delas não se pode extrair mais nada em termos de elucidação do psiquismo humano, feminino em especial, e lamenta que tão grande parte da nova geração francesa de intelectuais tenha resolvido retomar a psicanálise como tema de especulação. Segundo a autora, investigar a questão da feminilidade dentro do discurso psicanalítico significa manter a ordem patriarcal e contribuir para que a submissão e humilhação da mulher permaneçam como traços da nossa cultura.

Michelle Zimbalist Rosaldo e Louise Lamphere são antropólogas que, na coletânea "A mulher, a cultura, a sociedade" (1979) por elas coordenada, dão conta objetivamente das situações sociais relativas da mulher em culturas diferentes da nossa, demonstrando inclusive que em algumas delas as mulheres chegaram a adquirir maior respeitabilidade do que em outras. Parece incegável, entretanto, que, segundo as informações dessas autoras, na maior parte do mundo a mulher tem sido negada, desvalorizada, humilhada, acorrentada à sua "maldição" — a procriação — e assim socialmente imobilizadas. Em termos de pré-requisitos para a modificação desse estado de coisas, Rosaldo e Lamphere propõem que, dado que a mulher não tem constituído objeto privilegiado de estudo nem por ela própria, é justamente isto que deve ser mudado em primeiro lugar.



Heleieth Saffioti, socióloga brasileira, engajara-se nessa forma de luta intelectual em prol da mulher já ao final da década de 1960, elegendo como objeto de estudo em seu importante trabalho A mulher na sociedade de classes: mito e realidade (1979) a mulher brasileira em sua relação com o processo de desenvolvimento sócio-econômico do país. Sua conclusão é a de que a mulher realmente não cumpriu uma função significativa em tal processo, podendo ser antes caracterizada como vítima de uma acentuada repressão intelectual e sexual, particularmente na região nordeste do Brasil. Mais uma vez se evidencia que o único papel socialmente relevante atribuído, compulsoriamente, à mulher durante muito tempo se restringiu à maternidade; e, no caso brasileiro, o desempenho desse papel pela mulher negra, sexualmente utilizada pelo homem branco, resultou no estabelecimento de uma nova e significativa categoria étnica.

Dentre as contribuições de feministas com formação acadêmica extensa em psicologia, e sem compromisso teórico com a psicanálise, pode-se ressaltar aqui as proporcionadas por Sandra Bem e Judith Bardwick. Em um artigo escrito em colaboração com seu marido, Daryl Bem, O estudo do caso de uma ideologia não-consciente: preparando a mulher para conhecer seu lugar (1973), Sandra L. Bem faz notar a existência na sociedade norte-americana de um conjunto definido de crenças e atitudes que a mulher deve implicitamente aceitar, mas que permanece fora de sua consciência, porque outras concepções alternativas do papel da mulher simplesmente deixam de ser imaginadas. Diz o casal que "a habilidade de uma sociedade para inculcar este tipo de ideologia nos seus cidadãos é a forma de influência social mais sutil e mais

profunda... e permanece invisível" (p. 151); e ilustram essa assertiva com uma análise bastante perspicaz das disposições de sujeição das mulheres aos estereótipos sociais e de como são eficientemente "sabotadas" quaisquer iniciativas individuais ou grupos de modificação da condição social feminina. Engajando-se, posteriormente, em uma atividade de pesquisa aplicada, Sandra Bem (1974) criou uma escala de medição em um novo conceito psicológico — androginia — com implicações muito relevantes para o problema da relação entre personalidade e sociedade. No inventário construído por Bem inclui-se uma quantidade de itens indicativos de traços personalógicos que um grande número de "juízes" norte-americanos classificou como "masculinos", e também uma quantidade de itens indicativos de traços classificados como "femininos"; estes seriam, assim, os estereótipos sociais sexuais empiricamente determinados com referência àquela cultura. Bem constatou, em seguida, pela aplicação do inventário a pessoas de ambos os sexos, que um número significativo destas obtinha elevados escores em traços "masculinos" e "femininos" simultaneamente; esses indivíduos foram classificados como "andróginos". Conclusivamente, os resultados dessa e de outras pesquisas envolvendo o conceito de androginia vêm refutar a afirmação frequentemente feita de que os indivíduos sexo-tipificados ou estereotipados — masculinos e femininos — constituem a maioria absoluta em qualquer população; afirmação esta que erige os estereótipos em descrições corretas das personalidades típicas das mulheres e dos homens. É bem possível que tenha sido assim no passado, há duas ou três décadas atrás; mas, flagrantemente não o é mais, ou está deixando de sê-lo.

Judith M. Bardwick, professora norte-americana de Psicologia e feminista militante, faz em Mulher, sociedade, transição (1981) uma avaliação bastante realista dos resultados alcançados pelos movimentos feministas até o final da década de 1970; não deixando, entretanto, de enfatizar que, por insatisfatórios que ainda possam ser esses resultados, os anos setenta foram decisivos no que se refere à ampliação, intensificação e redimensionamento político e social do feminismo. Diz ela: que, mesmo tendo saído de casa e buscado realização profissional, as mulheres ainda não conseguiram se libertar dos padrões sexistas discriminatórios da sociedade "falocêntrica"; que as mudanças ocorridas em alguns setores implicaram na verdade em incorporação por parte das mulheres de valores tipicamente masculinos, o que aumentou em muito a insatisfação das que não conseguiram ou não quiseram transpor tais barreiras; que as modificações mais radicais dos valores femininos possibilitaram o aparecimento de novos padrões sexuais relacionados ao casamento e à procriação; que características marcadamente narcisistas e egocêntricas tornaram-se dominantes na sociedade, como decorrência principalmente da busca de auto-realização tanto pelos homens quanto pelas mulheres. Como contribuição própria à causa feminista, Bardwick (1981) considera que no atual estágio do movimento é já possível, e inclusive desejável, que as mulheres abandonem uma anterior atitude competitiva em relação aos homens, com sua inevitável implicação de estarem simplesmente adotando o padrão comportamental "masculino" de competitividade e outros a ele associados. Ao contrário, a mulher deveria agora esforçar-se por fazer prevalecer na sociedade os valores humanos positivos que tem sido tradicionalmente considerados traços personalógicos femininos, tais

como a não-competitividade, a menor agressividade, a sensibilidade e afetividade, a desambição, o sentimento maternal ou protetor, e assim por diante. A noção de androginia e sua medida, diz Bardwick (1981), constituem em sua própria formulação não só um sintoma de que as personalidades humanas — isto é, de homens e mulheres — estão efetivamente mudando, desdiferenciando-se, destipificando-se, como também aponta o melhor caminho de prosseguimento da mudança; ou, em suas próprias palavras:

"Novos testes foram criados, à medida que o feminismo ia gerando a consciência de que as pessoas psicologicamente sadias não tendiam a ser unilateralmente masculinas ou femininas. Esses testes se baseiam, em primeiro lugar, na suposição de que feminilidade e masculinidade não são extremos opostos de uma mesma dimensão, mas duas dimensões independentes, de modo que uma pessoa possa ter ambas em maior ou menor grau. (...)

Um número crescente de psicólogos e observadores leigos julga que as pessoas que alcançam marca elevada na escala de seu próprio sexo e baixa na do outro não são psicologicamente sadias porque seu desenvolvimento é muito limitado, isto é, seu potencial é usado num âmbito muito restrito. Essa modificação nos critérios de saúde mental está ocorrendo porque mudaram muito nossas percepções das normas apropriadas para cada sexo e porque, cada vez mais, os dois compartilham funções e papéis. Graças a essas mudanças, por volta de 1980 as pessoas darão mais valor às qualidades masculinas e femininas, próprias e alheias, do que entre 1950 e 1965. (...)

Metade da população americana está empregada; as famílias pequenas tornaram-se o novo padrão; os homens estão procurando afirmação e segurança em seus relacionamentos pessoais. Obviamente, mulheres e homens estão participando de áreas onde um comportamento eficiente requer características que antes eram atribuídas ao sexo oposto. Basicamente, o novo padrão andrógino é um reconhecimento de mudanças reais. (...)

Segundo o conceito androgínico de saúde psicológica, a personalidade ideal seria uma variedade de interesses, capacidades e traços ao mesmo tempo expressivos e instrumentais. Numa sociedade andrógina ninguém é coagido a assumir papéis ou características em função de seu sexo" (p. 184-185-186).

### 3. ASPECTOS PSICOSSOCIOLOGICOS DO ROMANCE E DA PERSONAGEM DE FICÇÃO

Com base na definição de objetivos e orientação metodológica da História das Mentalidades, anteriormente comentados, os romances como gênero literário popular podem ser considerados "documentos históricos", a partir dos quais se venha validamente a empreender pesquisas sobre mudanças psicológicas socio-historicamente condicionadas. Tal idéia encontra também firme apoio em certas teorias literárias, cujas proposições básicas são a seguir apresentadas; isto com a finalidade última de fundamentar mais cabalmente a tentativa exploratória aqui desenvolvida de detectar, indiretamente, uma possível evolução da personalidade típica ou modal das mulheres brasileiras de classes média e alta ao longo das últimas três décadas.

Um romance é uma criação literária que se caracteriza por dispor de uma série de fatos, organizados em um enredo, e de um grupo de personagens que vivem esses fatos. As personagens e o enredo parecem estar ligados de tal maneira, que quando o leitor pensa em qualquer personagem lembra-se imediatamente da vida que esta leva, das coisas que faz. Antonio Candido, em um dos ensaios da coletânea A personagem de ficção (1976), assim se expressa acerca da natureza das personagens de romances:

"A personagem é um ser fictício, — expressão que soa como paradoxo. De fato, como pode uma ficção ser? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais na da, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste" (Candido, 1976, p. 55).

Haveria assim, uma importante afinidade entre os seres humanos concretos e as personagens de romance; devendo forçosamente o escritor, em seu processo criativo, descrever estas últimas de um modo o mais próximo possível das percepções que os leitores potenciais comumente formam de seus semelhantes.

Segundo Candido (1976), conhecimentos de Psicologia têm sido, desde há algum tempo, amplamente assimilados pela Literatura, passando desse modo os autores a dispor de informações muito relevantes sobre estrutura da personalidade, traços típicos de determinados grupos humanos, e também o sentido subjetivamente atribuído pelas pessoas ao desempenho de papéis sociais; tais informações podem assim ser imediatamente utilizadas na composição das personagens. O autor adverte, não obstante, que, mesmo antes do desenvolvimento da Psicologia moderna, a composição das personagens já era planejada no sentido de se obter uma harmonia de intrincamento entre os três elementos básicos do romance — a matéria (enredo e personagens), o significado investido na criação, e a técnica ou estilo.

Uma das principais questões que se coloca na elaboração de um romance é a de que suas personagens devem ser capazes de despertar sentimentos de "identificação" e "projeção" no leitor. Candido (1976) afirma que a prática das relações humanas nos proporciona um conhecimento do outro em dois níveis diferentes: o primeiro é representado pelo conhecimento físico, a fixação das características materiais das pessoas, que comunica o sentimento de "continuidade relativa da percepção física" (sic); o segundo seria o conhecimento "espiritual", que, implicando uma "descontinuidade da percepção" (sic), parece frequentemente romper a unidade antes apreendida. Dizendo de outra forma, os "modos de ser" dos indivíduos se sucedem contraditórios, levando assim a rupturas parciais da coerência e logicidade (ou "psicologicidade") induzidas pela primeira impressão global, física. Os recursos utilizados na elaboração de um romance consistem no estabelecimento de uma sequência de atos, conversas, descrições, monólogos, etc., ao longo da qual se alterna a apresentação das personagens nos dois níveis de conhecimento anteriormente propostos. Diz Candido (1976), nesse sentido:

"O romance, ao abordar as personagens de modo fragmentário, nada mais faz do que retomar, no plano da técnica da caracterização, a maneira fragmentária, insatisfatória, incompleta, com que elaboramos o conhecimento de nossos semelhantes. Todavia, há uma diferença básica entre uma posição e outra: na vida, a visão fragmentária é imanente à nossa própria experiência; é uma condição que não estabelecemos, mas a que nos submetemos. No romance, ela é criada, é estabelecida e racionalmente dirigida pelo escritor, que delimita e encerra, numa estrutura elaborada, a aventura sem fim que é, na vida, o conhecimento do outro" (p. 58).



"Os seres humanos são, por sua natureza, misteriosos e inesperados" — eis aí uma concepção comum que parece implicada no parágrafo precedente. Não obstante, a Psicologia moderna tem insistentemente procurado desvendar o "mistério humano", e é certamente possível afirmar que chegou a alcançar já um razoável grau de sucesso em tal propósito. Relações causais entre diversas variáveis relevantes do relacionamento interpessoal têm sido, com efeito, teoricamente formuladas e empiricamente comprovadas; com o que, conseqüentemente tem aumentado a previsibilidade do comportamento humano, pelo menos em situações especificamente estabelecidas. Embora o campo da "personalidade" tenha até agora se beneficiado menos de tais descobertas, face à sua natureza de "constructo teórico de ordem superior" anteriormente discutida, também ele se cobre de uma expectativa de mais completa elucidação futura; e isto em função de um evidente acúmulo e refinamento de pesquisas psicológicas aplicadas relevantes.

Interessantemente, a literatura de ficção cumpre a mesma função que a investigação e a teorização psicológicas, qual seja a de conferir ordem, regularidade, consistência, previsibilidade e inteligibilidade à fenomenalmente caótica realidade humana. A plausibilidade dessa assertiva é bem ilustrada pelos seguintes comentários de Candido (1976), ensejados pela apreciação de um trabalho anterior de E. M. Forster ('Aspects of the novel', 1949):

"... a personagem deve dar a impressão de que vive, de que é como um ser vivo. Para tanto, deve lembrar um ser vivo, isto é, manter certas relações com a realidade do mundo, participando de um universo de ação e de sensibilidade que se possa

equiparar ao que conhecemos na vida. Poderia então a personagem ser transplantada da realidade para que o autor atingisse este alvo? Por outras palavras, pode-se copiar no romance um ser vivo e, aproveitar integralmente a sua realidade? Não, em sentido absoluto. Primeiro, porque é impossível, como vimos captar a totalidade do modo de ser duma pessoa, ou sequer conhecê-la; segundo, porque neste caso se dispensaria a criação artística; terceiro, porque, mesmo se fôsse possível, uma cópia dessas não permitiria aquele conhecimento específico, diferente e mais completo, que é a razão de ser, a justificativa e o encanto da ficção. (...)

Em consequência, no romance o sentimento da realidade é devido a fatores diferentes da mera adesão ao real, embora este possa ser, e efetivamente é, um dos seus elementos. Para fazer um último apelo a Forster, digamos que uma personagem nos parece real quando 'o romancista sabe tudo a seu respeito', ou dá esta impressão, mesmo que não o diga. É como se a personagem fôsse inteiramente explicável; e isto lhe dá uma originalidade maior que a da vida, onde todo conhecimento do outro é, como vimos, fragmentário e relativo. Daí o conforto, a sensação de poder que nos dá o romance, proporcionando a experiência de 'uma raça humana mais manejável e a ilusão de perspicácia e poder'. Na verdade, enquanto na existência cotidiana nós quase nunca sabemos as causas, os motivos profundos da ação dos seres, no romance estes são desvendados pelo romancista, cuja função básica é, justamente, estabelecer e ilustrar o jogo das causas, descendo a profundidades reveladoras do espírito" (Candido, 1976, p. 64-65-66).

De tal semelhança formal ou analógica entre as funções da Psicologia e da Literatura pode-se, como se sustentará aqui, passar à proposta de existência de uma razoável semelhança de conteúdo, ou de categorias segundo as quais ambas se esforçam por interpretar a realidade. O argumento é simples e poderoso; e pode ser adequadamente introduzido pelas seguintes considerações de Sant'Anna (1977) sobre "a narrativa e o espaço simbólico":

"Vivemos numa sociedade escriturária que tem organizado o estudo de uma disciplina chamada literatura. Todo narrador encontra, portanto, uma tradição de narradores e críticos que fixaram preceitos mais ou menos rígidos conforme as épocas. Escrever é escrever dentro de uma determinada cultura. Ainda que seja contra essa cultura, tentando apagar os vestígios malsãos da civilização, o ato de escrever não é impune: escreve-se culturalmente. E se alguém pensa escrever 'naturalmente' é bem possível que esteja escrevendo ideológica e inconscientemente" (Sant'Anna, 1977, p. 44-45).

A afirmação de Sant'Anna de que "escreve-se culturalmente" pode-se acrescentar a de que, ao se escrever romances, "escreve-se psicologicamente". Isto quer simplesmente dizer que o romancista usa, para caracterizar suas personagens as categorias de análise psicológica mais consistentemente veiculadas na cultura a que pertence, e principalmente a que pertencem seus leitores; isto, pelo menos, se ele espera que estes compreendam e/ou se emocionem com o que venham a ler. E, cada vez mais, o círculo cultural dos leitores de romances tem assimilado informações produzidas pela cultura psicológica acadêmica, particularmente no que se refere à dimensão aplicada da "Psicologia da Personalidade", e de modo especial sua vertente psicanalítica.

Trata-se, muito provavelmente, de um processo circular, pelo qual os romancistas tornam-se, por uma espécie de "dever de ofício" associada a uma natural inclinação para esse campo de estudos, mais e mais informados acerca da Psicologia moderna; e, funcionando como seus divulgadores "descomplicados", sem compromissos teóricos, criam aos poucos na comunidade de leitores um mesmo universo de interpretação psicológica dos acontecimentos; o que, por sua vez, retroage sobre aquele grupo mais res

trito de escritores ou "emissores de informações romanceadas", conformando-os à reprodução de tais padrões culturais-psicológicos.

A circularidade do processo se completa quando nele introzimos também os próprios produtores do conhecimento psicológico aplicado, a que anteriormente se aludiu como constituindo o elemento inicial. Tal introdução é certamente factível quando se trata de formulações sobre a identidade psicológica dos indivíduos em termos de um conjunto de traços de personalidade; isto porque esses traços são comumente isolados e descritos a partir de manifestações comportamentais e relatos verbais de amostras representativas de determinados grupos de pessoas, bem como a partir de descrições feitas por "juízes de pesquisa" e, em muitos casos, por escritores e intelectuais em geral.

#### 4. MUDANÇAS NA PERSONALIDADE FEMININA COMO RETRATADA EM ROMANCES BRASILEIROS DE DIFERENTES ÉPOCAS

##### 4.1 Considerações metodológicas e seleção do material de estudo

Um estudo exploratório em ciências sociais, ou psicossociais, tem, segundo Selltiz, Jahoda, Deutsch & Cook (1971), o objetivo de permitir ao pesquisador "familiarizar-se com o fenômeno (em foco) ou conseguir nova compreensão deste, frequentemente para poder formular um problema mais preciso de pesquisa ou criar novas hipóteses" (p. 59). Pode ser, portanto, na perspectiva desses autores, considerado como o "passo inicial em um processo contínuo de pesquisa" (p. 61), especialmente recomendável no caso de problemas em que o conhecimento já possuído é muito reduzido. Nesse sentido, parecem bastante pertinentes os seguintes comentários de Northrop (1947), reproduzidos em Selltiz et al. (1971):

"Repetidamente os pesquisadores mergulham num assunto, enviam questionários, obtêm uma quantidade extraordinária de dados, chegam a realizar experimentos e, finalmente, começam a pensar o que é que tudo isso prova. (...) Outros, ao notar o êxito de determinado método científico em um grupo de estudo, sem crítica e apressadamente transferiram esse método para o seu campo de estudos, apenas para ter, finalmente, a mesma desilusão. Todas essas experiências indicam que o início da pesquisa foi realizado muito apressadamente, sem qualquer avaliação de sua importância ou sua dificuldade" (Selltiz et al., 1971, p. 62).

No presente trabalho, o problema formulado para investigação — a ocorrência de mudanças ao longo do tempo na retração personalógica de personagens femininas em romances brasileiros — obrigava efetivamente, pela sua própria dificuldade inerente e pela inexistência de procedimentos metodológicos suficientemente desenvolvidos que lhe fôssem aplicáveis, a que se iniciasse sua abordagem através de um estudo exploratório. De início, tentou-se inclusive empregar o método de "análise de conteúdo" para a detecção de tais mudanças, porém esbarrou-se no problema da construção de um sistema de categorias de análise, que se tornou praticamente insolúvel face à ausência de um conhecimento concreto prévio acerca dos modos como traços e processos dinâmicos de personalidade poderiam se apresentar na linguagem do romance. Isto, é óbvio, apontou imediatamente para a necessidade da realização de um estudo exploratório inicial.

Para a condução do estudo exploratório em si mesmo cogitou-se também de adotar algum método suficientemente flexível e já dotado de ampla bibliografia de apoio ilustrativo e orientação para seu emprego. Considerando a temática psicológica envolvida no estudo — personalidade — os procedimentos que se destacavam como potencialmente mais proveitosos eram os "estudos de caso" e as "histórias de vida". De fato, valiosas e relevantes sugestões e discussões sobre o relacionamento interdependente do método com a teoria da personalidade achavam-se disponíveis em White (1969). O mesmo ocorria no que se refere a ilustrações concretas de sua aplicação: em White (1966), por exemplo, encontrava-se uma excelente demonstração de como o estudo intenso e extenso de três histórias de vida pode lançar tanta

luz sobre a influência múltipla e articulada que fatores biológicos, psicológicos e sócio-culturais exercem no desenvolvimento e funcionamento atual do indivíduo como um todo; em Smith, Bruner & White (1964) eram proporcionados importantes novos "insights" acerca da relação entre opiniões e personalidade, através do uso combinado de numerosas entrevistas, testes de personalidade e autobiografias, envolvendo dez sujeitos; em Keniston (1965) e Keniston (1968) encontravam-se exaustivas considerações sobre características psicossociológicas, respectivamente, da porção politicamente alienada e da porção ideologicamente comprometida da juventude norte-americana, com base no estudo intensivo de casos representativos de cada um desses segmentos da sociedade. Não obstante, a simples comparação do material informativo tipicamente proporcionado pelos sujeitos desses estudos com aquele a que se tem acesso quando se lê a "vida" das personagens de ficção evidenciou a impossibilidade de uma transposição legítima de tais métodos de um campo para outro, ou seja, da complexa vida real para a talvez igualmente complexa porém menos devassável e mais racionalmente estruturada trama do romance, como inclusive já foi observado no capítulo anterior.

Do exposto até agora, conclui-se que o presente estudo exploratório não poderia se valer de nenhuma das técnicas disponíveis no arsenal metodológico das ciências do comportamento, mas sim desenvolver uma sistematização própria, que apenas atendesse aos aspectos mais genéricos distintivos do "método de investigação piloto não-estruturada", como estabelecidos por Selltiz et al. (1971) na seguinte passagem:

"Quais os aspectos dessa abordagem que a tornam um processo adequado para a provocação de intuições (insights)? Um dos principais é a atitude do pesquisador, que é a de receptividade atenta, de busca, e não de verificação. Em vez de limitar-se à verificação das hipóteses existentes, o pesquisador é orientado pelas características do objeto que está sendo estudado. (...)

Um segundo aspecto é a intensidade do estudo do indivíduo, do grupo, da comunidade, da cultura, da situação ou do incidente escolhidos para pesquisa. Tenta-se obter informação suficiente para caracterizar e explicar tanto os aspectos singulares do caso que está sendo estudado, quanto os que tem em comum com outros casos. (...)

Uma terceira característica desta abordagem é o fato de depender das capacidades integradoras do pesquisador, de sua capacidade para reunir, numa interpretação unificada, muitos e diversos aspectos de informação. Esta última característica levou muitos críticos a verem a análise de casos de provocação de intuição como uma espécie de técnica projetiva, na qual as conclusões refletem, fundamentalmente, a predisposição do pesquisador, e não o objeto de estudo. Mesmo que esta crítica seja adequada para muitos estudos de caso, a característica não é necessariamente indesejável, quando o objetivo é provocar e não verificar hipóteses. Afinal, mesmo que o material de caso seja apenas o estímulo para a apresentação explícita de uma hipótese anteriormente não-formulada, pode ter uma função valiosa" (p. 70-71).

A propósito, o emprego de tal abordagem sistematizada, conquanto não estruturada em termos técnicos estritos, é relevantemente ilustrada pelo estudo de Hardwick (1975) sobre material similar ao aqui selecionado, ou seja, personagens femininas criadas por renomados autores de ficção norte-americanos.

Um último necessário esclarecimento metodológico envolve o fato de que o presente estudo concentrou-se sobre as personagens de apenas quatro romances, de duas escritoras. Longe de comprometer a validade do trabalho, isto representa sim uma das três possibilidades reconhecidas por Selltitz et al. (1971) para



a proveitosa condução de um estudo exploratório. Trata-se, nas palavras desses autores, de "um estudo intensivo de exemplos selecionados do fenômeno em que estamos interessados" (p. 70); destacando-se, portanto, a exigência, que se deveria observar nos casos de um estudo descritivo ou um experimento, de que tais objetos de pesquisa constituíssem uma amostra estatisticamente representativa do universo de escritoras, romances e personagens femininas brasileiras.

A seleção das obras a serem analisadas não foi feita aleatoriamente; obedeceu, na verdade, a alguns critérios previamente estabelecidos, de modo a assegurar a exequibilidade e a própria relevância psicossociológica do trabalho proposto. Em primeiro lugar, como o título mesmo da dissertação indica, reduziu-se o material de estudo aos romances escritos por mulheres. Este critério decorreu da suposição de que as escritoras seriam naturalmente mais sensíveis às mudanças relacionadas à personalidade feminina, e, conseqüentemente, as manifestariam em seus livros mais prontamente e de maneira mais evidente e circunstanciada. Optou-se, ainda, por examinar apenas os trabalhos de autoras já consagradas pelo público leitor e pela crítica literária especializada no gênero "romance".

Em segundo lugar, partiu-se do pressuposto de que a caracterização das personalidades de personagens de romance seja, sem que com isso se esteja negando a dimensão idiossincrásica aportada por sua autora, resultante de uma variedade de circunstâncias sociais, históricas e psicológicas. Eventuais mudanças na retratação psicológica da mulher estariam, assim, refletindo

a ocorrência de mudanças nas condições psicossociais objetivas e concretas do gênero feminino na sociedade humana, bem como mudanças existenciais no sentido subjetivamente vivido da própria feminilidade. Era necessário, portanto, definir limites cronológicos que representassem importantes marcos histórico-sociais, assim como psicológico-culturais, da evolução da situação da mulher no mundo, e que apresentassem também flagrantes repercussões para a mulher brasileira. Foram, desse modo, estabelecidos dois períodos significativos e de igual extensão, entre os quais se pudesse efetuar as comparações pretendidas. O primeiro desses períodos é constituído pelos dez anos (1946-1955) que se seguiram ao do término da Segunda Guerra Mundial; justificando-se tal escolha, não só pelo revigoração do espírito democrático em geral que se verificava no mundo inteiro e também no Brasil (com a queda da ditadura Vargas), como também pelo surgimento dos primeiros movimentos feministas organizados e a ocorrência de uma relativa modificação social no sentido de um maior respeito jurídico-civil à condição feminina. O segundo período consiste na inteira década de 1970, a qual, segundo o julgamento abalizado de Judith Bardwick (1979), foi marcada por uma nítida expansão quantitativa e qualitativa dos movimentos feministas na chamada civilização ocidental, inclusive no Brasil; a redefinição dos objetivos político-sociais de tais movimentos e sua mais ampla divulgação e promoção pelos meios de comunicação de massa justificam plenamente a escolha dos anos 70 como um marco significativo na "história da mulher". Concluindo, somente os romances escritos e ambientados nos períodos de 1946-1955 e 1970-1979 passaram a constituir material relevante para o estudo, devendo cada escritora ter pelo menos um romance enquadrado em ca-

da um desses dois períodos.

Em terceiro lugar, estabeleceu-se que os romances a serem objeto de estudo não poderiam ser excessivamente subjetivistas, a ponto de praticamente deixarem de trabalhar as relações interpessoais das personagens. Tal critério justifica-se segundo duas linhas de argumentação: primeira, conteúdos desse tipo seriam pouco adequados a uma exploração mais objetiva; segunda, implicaria na perda da dimensão sócio-político-cultural que se pretendia, desde o início, enfatizar quando da discussão dos resultados do trabalho e de suas implicações mais amplas.

Finalmente, em quarto lugar, ficou estabelecido que de cada romance selecionado seriam escolhidas em princípio três personagens, para fins de caracterização de suas personalidades: a personagem central (no caso de existir apenas uma) e duas outras que com ela mais interagissem no enredo do romance. Obviamente, convencionou-se também que este critério não deveria ser aplicado de modo inflexível; por exemplo, se, em algum caso, se encontrasse mais de três personagens centrais, ou um número maior de personagens muito significativamente relacionadas com a central ou as centrais, todas elas teriam sua personalidade estudada. Uma exigência adicional que afinal se mostrou desnecessária, era de que todas as personagens analisadas pertencessem às classes média e/ou alta; isto em função da observação, presente na totalidade da bibliografia feminista examinada, de que é esse o "grupo de mulheres" (inclusive no caso brasileiro) que tem experimentado mudanças mais numerosas e importantes em decorrência do impacto social produzido pelos movimentos feministas.

Da aplicação do primeiro critério resultou a seguinte relação de escritoras e respectivos romances:

. Clarice Lispector

- "Perto do Coração Selvagem", de 1944
- "O Lustre", de 1946
- "A Cidade Sitiada", de 1949
- "A Maçã no Escuro", de 1961
- "Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres", de 1969
- "Água Viva", de 1973

. Dinah Silveira de Queiroz

- "Floradas na Serra", de 1939
- "Margarida La Rocque", de 1949
- "A Muralha", de 1954
- "Verão dos Infiéis", de 1968
- "Memorial do Cristo", de 1974

. Heloneida Studart

- "A Primeira Pedra", de 1952
- "Dize-me Teu Nome", de 1955
- "A Culpa", de 1963
- "Deus Não Paga em Dólar", de 1969
- "O Pardal É Um Pássaro Azul", de 1975
- "O Estandarte da Agonia", de 1981

. Lygia Fagundes Telles

- "Ciranda de Pedra", de 1954
- "Verão no Aquário", de 1963
- "As Meninas", de 1973

. Nélida Piñon

- "Guia-Mapa de Gabriel Arcanjo", de 1961
- "Madeira Feita Cruz", de 1963
- "Fundador", de 1969
- "Tebas do Meu Coração", de 1974
- "A Força do Destino", de 1977

. Rachel de Queiroz

- "O Quinze", de 1930
- "João Miguel", de 1932
- "Caminho de Pedras", de 1937
- "As Três Marias", de 1939
- "Dôra, Doralina", de 1975

A aplicação do segundo critério de seleção levou imediatamente à exclusão dos romances de Nélida Piñon e de Rachel de Queiroz. Posteriormente, a leitura das obras restantes fez com que se eliminasse, ainda com base no segundo critério, os livros de Dinah Silveira de Queiroz; isto porque "Margarida La Rocque" e "A Muralha" são romances ambientados em épocas diversas das de suas publicações e não enquadráveis nos períodos históricos especificados para fins de comparação das mudanças.

A observância do terceiro critério provocou finalmente a exclusão, como material inadequado para a pesquisa, dos romances de Clarice Lispector.

Havendo restado, portanto, apenas duas escritoras, terminou-se por escolher para fins de análise de seu conteúdo os seguintes romances: "A Primeira Pedra" e "O Pardal É Um Pássaro Azul", de Heloneida Studart; e "Ciranda de Pedra" e "As Meninas", de Lygia Fagundes Telles.

Aplicando-se a esses quatro romances o quarto critério de seleção do material de pesquisa, foram finalmente selecionados as doze seguintes personagens, para a análise da caracterização literária de suas personalidades:

- . Em "A Primeira Pedra": Graça, Melba e D. Conceição
- . Em "O Pardal é um Pássaro Azul": Marina, Luciana e Vó Menina
- . Em "Ciranda de Pedra": Virgínia, Bruna e Otávia
- . Em "As Meninas": Lorena, Lia e Ana Clara

## 4.2 Breve descrição do conteúdo dos romances selecionados

(1) - A Primeira Pedra , de 1952, por Heloneida Studart

Graça é uma moça pequena, magra, asmática; sente-se pouco expressiva. Mora com sua mãe, D. Conceição; duas irmãs, Melba e Fabia; um irmão; uma tia, literata; e um primo, André Luiz. É funcionária pública, mas não se sente satisfeita no trabalho; seu pai a iniciara na leitura, e ela nutre o sonho secreto de vir a escrever um livro.

Graça está perdidamente apaixonada por Cid, rapaz bonito, alto e forte; seu fascínio sobre Graça vem de sua natural atitude de negligência e uma definitiva disposição para achar tudo um "exagero". Cid, de fato, não se liga a nada intensamente; parou de estudar, e quer simplesmente arranjar um emprego que lhe permita ir com frequência a Jaçanã.

Melba, irmã de Graça, é o seu oposto: alta, morena, muito sensual; algo superficial e desligada, também. Gosta do primo, André Luiz, que nem repara nela; mas namora um amigo deste, Amauri.

Graça não sabe lutar pelo que deseja; está convencida de que terá Cid se não fôr como as outras mulheres, que "estão sempre exigindo, pedindo, e assim afastam os homens" (sic).



A avó de Cid, inconformada com sua falta de ambição, o pressiona muito; e este, afinal, resolve ir para o Rio de Janeiro, estudar. Graça pensa que não vai suportar a separação; sofre intensamente, mas não tem coragem de dizer nada. Passam a se corresponder por cartas.

Cid adoece seriamente, no Rio. Graça se desespera, e forja uma mentira para poder ir ao seu encontro: convence o tio, irmão de D. Conceição, comerciante abastado, a financiar seus estudos de piano no Conservatório do Rio de Janeiro.

Graça deixa o Ceará, e, chegando ao Rio, hospeda-se na casa de uma tia muito autoritária, mas que, por esquisitice própria, venera parentes distantes. Graça esquivava-se de suas perguntas, dribla sua vigilância; e passa o tempo todo tratando de Cid, gravemente enfermo.

Afinal, a tia descobre a mentira; faz um escândalo, escreve para D. Conceição e para o irmão desta. Cid já se recuperara, e voltara para o Ceará. Graça retorna também.

Ao chegar, Graça já encontra Cid em plena forma, curtido pelo sol de Jaçanã; essa praia é sim o "grande amor" de Cid. Graça, por outro lado, adoece de "esgotamento cerebral"; não tem ânimo para nada. Tenta uma licença no trabalho, mas não lhe dão.

Cid a procura, nessa ocasião; e Graça manda Melba em seu lugar. Esta se dá conta da beleza de Cid, e se propõe a con

quistá-lo. Melba está ressentida, pois o primo, André Luiz, a quem ama, vai ficar noivo; já levava, inclusive, a moça para apresentar à família.

Graça percebe o interesse da irmã por Cid, mas finge não dar importância; disfarça, permanece reticente. Melba sonda, interroga; Graça a adverte de que Cid não se liga em nada, é frio, distante. Confessa que o ama muito; mas Melba persiste em seu propósito de conquistá-lo. Termina por fazê-lo.

Por essa ocasião, Graça intensifica suas relações de amizade com um antigo conhecido, Ernani; trata-se de um moço rico, mas superficial, que só se interessa pelo esporte da aviação.

Um dia, Cid procura Graça em seu trabalho, e lhe conta que ele e Melba, na praia, tinham "ido mais longe". Graça custa a compreender; mas, quando se dá conta do que acontecera, parte decidida a interpelar a irmã. Melba declara-se surpresa por Cid ter lhe contado aquilo, e procura se justificar: "nem sabe direito como tudo foi acontecer" (sic); diz que não o ama e não pretende casar com ele, que não vai acabar a vida com a "barriga no fogão" e pobre.

Amauri, que ainda ama Melba, inconformado por sua aproximação com Cid, segue este e o agride. Julgando que Amauri já tivesse conhecimento do episódio sexual da praia, acaba revelando-o durante o diálogo que travam após a briga. Amauri corre então à casa de D. Conceição, e lhe conta sua descoberta.

Querem obrigar Melba a casar com Cid; este concorda; porém Melba se nega a fazê-lo. Em represália, internam-na em um reformatório de religiosas. As freiras são realmente muito más, sãdicas; engendram as piores punições por qualquer pequena falta. Melba amadurece com o sofrimento, com o conhecimento de outros dramas; chega a revoltar-se e tenta fugir, mas acaba sucumbindo, conformando-se.

Cid e Ernani, apresentados por Graça, estabelecem uma relação de amizade. Caracteriza-a a frequente ocorrência de veladas disputas, veladamente também ensejadas pelo seu interesse comum por Graça. Um dia, Ernani propõe a Cid em termos desafiantes, levá-lo a Jaçanã em seu avião.. O avião cai na praia, e Cid morre.

Graça se desespera com a morte de Cid; sente-se completamente abatida. Acaba por procurar Melba no convento, e convidá-la a irem juntas para o Rio de Janeiro; abandonam a mãe. Agora, Graça irá escrever seu tão sonhado livro, e publicá-lo. Vivará, finalmente.

(2) - O Pardal é Um Pássaro Azul, de 1975, por Heloneida Studart

Marina é uma moça morena, miúda, e asmática. Sua mãe, Luciana, mulher grande e bonita, nunca se conformou com as precárias saúde e aparência física da filha; nem mesmo após o nascimento de uma segunda filha, Dalva, mais parecida com ela própria.

Luciana casara-se com um homem pobre, contra a vontade de sua mãe — Vó Menina. "Na vida só há os ricos e os pobres", costumava dizer ele à filha Marina. Morreu cedo, deixando a família na mais completa miséria; o que obrigou Luciana a buscar abrigo na casa da mãe, onde passou a morar com as duas filhas.

Vó Menina era autoritária e arrogante; comandava a todos com "mão de ferro". Quando uma outra de suas filhas "desonorara" o nome da família, internara-a no reformatório Bom Pastor, onde morreu oito meses depois, deixando um filho — João. Vó Menina o trouxe para casa, mas proibiu que fôsse sequer pronunciado o nome de sua mãe; João cresceu como um criado e apanhando de todas as mulheres da casa.

Ao retornar à casa materna, Luciana fôra advertida por Vó Menina de que não teria direitos: "Como Marina é parecida comigo, fico com você; mas é só, não espere mais nada". Marina cresceu vendo a covardia da mãe, a "sonsice" da irmã e o sofrimento de João. Aprendeu ela própria, entretanto, que podia ser forte; era parecida com a avó, e isto lhe dava prestígio na casa. Vó Menina chegava mesmo a admirar sua rebeldia, sua determinação.

Marina aos poucos se apegara a João; andava com ele por todos os lados. João tinha suas opiniões: "No mundo calunghinha só há os ricos e os pobres"; o mesmo que o pai de Marina costumava lhe dizer. Enquanto Dalva frequentava os granfinos, Marina buscava os pobres. Acabou apaixonando-se por João.

Luciana começara a desconfiar da amizade da filha com João. Movida pelo rancor que nutria por Marina, lhe revela que "o rapaz não gosta de mulher, é pederasta". Marina fica chocada, abatida, sente aumentar seu ódio pela mãe; termina, porém, por não conferir maior importância à questão, decidindo preservar a amizade e não tentar se impor sexualmente a João.

João é preso, por seu engajamento em atividades políticas "subversivas". Marina angustia-se; visita-o, sem que a família saiba. João é violentamente torturado, mas resiste heroicamente; é, no final de contas, um "macho". Marina sofre muito.

Inaugura-se na cidade uma importante rua com o nome do bisavô de Marina, Salustiano Carvalhaes de Medeiros. Desde o enterro de tio Lucas, único filho homem de Vó Menina, não se via tanto movimento na casa. Depois da festa, um estranho, mudo, chega pedindo pousada. Vó Menina, já com quase cem anos, confunde-o com um irmão há muito desaparecido, e, apoiada por Marina que suspeita que ele pertença ao grupo de João, resolve abrigá-lo no antigo quarto de tio Lucas, no sótão. Descobre-se posteriormente que seu nome é Pablo.

Ante a morte previsivelmente próxima de Vó Menina, as filhas começam a brigar pela herança; Luciana parece ter "recaído na minoridade", e discute o tempo todo com tia Nini por causa de louças e pratarias. A avó resolve, entretanto, nomear Marina como sua herdeira, pois "é a única que tem vontade própria".

Marina visita João na cadeia, e fala-lhe sobre Pablo, cuja presença na casa começara a provocar fantasias nas mulheres: tia Nini parece enredada por ele; Dalva está "acesa", suspirante. João confirma que ele é "um dos nossos", e pede que o abriguem por mais algum tempo.

Marina se envergonha intimamente de seu desejo sexual por João; quer amá-lo, sem nada lhe pedir. Uma notícia de praça nos coqueirais da família faz com que Marina, a pedido de Vó Menina, tenha que passar alguns dias na praia resolvendo esse problema. Ao voltar à cadeia, fica sabendo que a pressão sobre João aumentou; querem saber do estrangeiro, ou seja, Pablo.

Marina sente-se cada vez pior, com uma angústia incontrollável. A casa está agitada, com as mudanças provocadas por Pablo: Dalva está apaixonada e se entrega ao estranho; tia Nini também fôra seduzida por ele e acabara enlouquecendo — ainda vestida de menina, conta todas as coisas que Pablo fez com ela e diz que foi eleita "Miss Brasil". Marina sente que é preciso que se livrem dele, mas João pede que ela espere; as providências para isso já estariam sendo tomadas.

Vó Menina, desconfiada, descobre o que acontecera com tia Nini, e resolve que vai interná-la no asilo Bom Pastor, como fizera há tanto tempo atrás com a mãe de João. Luciana parece satisfeita com essas ocorrências todas. Marina fica revoltada, e vai ao sótão tomar satisfações com Pablo; este tenta seduzí-la, e recupera a fala. Vó Marina chama os padres para fazer benzer a casa.

Alguém do grupo de João, cuja senha revolucionária era "o pardal é um pássaro azul", comunica a Marina que já está providenciada a partida de Pablo. Entrementes, Vó Menina manda tia Nini para o convento; o que Marina tenta evitar, mas não consegue. E, finalmente, assina-se o testamento. Marina continua a visitar João, que está pior, vítima de maus tratos e torturas.

Afinal, chegam os documentos para Pablo poder viajar. Marina vai ao sótão entregá-los a Pablo, e lhe diz que ele deve ir embora logo, antes que as coisas fiquem ainda piores para João. Pablo violenta Marina, então; e embarca no dia seguinte. Quando a polícia invade a casa, à procura de Pablo, não encontra nada.

Em sua última visita a João, Marina acaba lhe contando tudo o que acontecera; o que constrange e entristece a ambos. Falam também, por iniciativa de João, de seu suposto homossexualismo; mostram-se francos, ternos e enamorados, nessa ocasião. João abraça-a, beija-a, e acaba deitando-se com ela, durante essa visita. Marina sai feliz; aprendera, como lhe havia dito João, a amar seu homem.

João é morto na cadeia, como represália pela fuga de Pablo. Marina se desespera. Meméia, sua antiga babá e "mãe", lhe dá mesinhas e um fumo "tauari". Marina entrega-se à imaginação de vinganças por tudo o que se fizera a João; sonha mudanças no seu mundo e no mundo.

(3) - Ciranda de Pedra, de 1954, por Lygia Fagundes Telles

Virgínia é filha de Daniel e Laura. Esta era casada com Natércio, homem rico, de posição social destacada, e que desejava ascender ainda mais politicamente. Quando ficara doente, muito nervosa, Laura fora atendida por Daniel, médico jovem, começando na vida; apaixonaram-se, e de sua relação nasceu Virgínia.

Natércio registrara Virgínia como sua filha, mas, ao descobrir a verdade, mandara embora de casa a mulher e a criança. Virgínia vai assim sendo criada por "tio Daniel", sob o pretexto de que sua mãe, doente mental, que supostamente se encontraria sob os cuidados médicos de Daniel na casa deste, não resistiria à separação.

Enquanto isso, Bruna e Otávia, filhas de Laura com Natércio, vivem com o pai em sua mansão. Virgínia, que desconhece a verdade a seu próprio respeito, visita-as periodicamente, e inveja-as com muita intensidade; compara o luxo da mansão do "pai" com a simplicidade e a pobreza de onde vive.

Laura delira e alucina com mais frequência; não obstante, a menina Virgínia sonha com a cura da mãe e com a volta de ambas para a mansão. Em função de seus insistentes pedidos acaba conseguindo se mudar para a casa de Natércio, a quem chama de pai. Instalada na mansão, descobre que aí também não será feliz; sente saudades da mãe, é rejeitada pelas irmãs, e o "pai"



mostra-se frio e distante em relação a ela.

Laura morre, e Virgínia vem a saber disso ouvindo uma conversa entre Natércio e a governanta; tem uma crise nervosa, que assusta a todos na casa. Em seguida, Daniel se suicida.

Virgínia é informada da verdade acerca de sua filiação por uma empregada que servira a Daniel e Laura durante muitos anos. Pede então a Natércio que a coloque em um colégio interno, do onde não sairá nem durante o período de férias. É atendida.

Passa-se o tempo e, concluído seu curso, Virgínia tem que deixar o colégio; volta assim, já adulta, à mansão, encontrando o ambiente bastante modificado. Sua chegada causa um grande rebuliço; assusta-se com a boa acolhida que recebe; confunde-se inclusive com a atitude efusiva de Natércio, tão diferente de sua antiga frieza.

Não obstante, velhos "fantasmas" reaparecem: acha que pode agora vingar-se das anteriores rejeição e indiferença das irmãs e de seus amigos; uma antiga paixão por um vizinho, Conrado, que era também namorado de sua irmã Otávia, torna a fazê-la sofrer.

A irmã mais velha, Bruna, está casada e tem uma filha; seu marido, um homem frívolo e enfatuado, assedia Virgínia. Esta chega a combinar um encontro com o marido de Bruna, mas em seguida conta isso a ela, através de um telefonema anônimo, para que

ele não possa sair de casa. Envolve-se com Letícia, irmã de Conrado, que lhe oferece trabalho; esta é homossexual, e pretende vir a ter um caso com Virgínia.

Na casa de Letícia, Virgínia conhece Rogerio, que lhe conta ser amante de Bruna. Em meio a grande confusão, Virgínia aparece na festa de Natal acompanhada de Rogerio; e sai também com ele, para amargurar ainda mais Bruna. Dorme com Rogerio; e, no dia seguinte, vai procurar Letícia. Esta, muito revoltada, discute com ela e a censura por seus comportamentos.

De volta à mansão, Virgínia pergunta a Otávia sobre Conrado; e é então informada da impotência sexual dele. Virgínia dá-se conta, nessa ocasião, de que Otávia é muito parecida com a mãe. Bruna resolve fazer um retiro, usando assim a religião como uma fuga.

Virgínia acorda, afinal, para toda a realidade da família. Procura Natércio, e pede que este a ajude, pois gostaria de viajar para longe e durante muito tempo. Natércio aproveita a oportunidade para lhe pedir desculpas pela distância que impusera entre os dois no passado.

Virgínia vai ao sítio de Conrado, que lhe fala então de seu amor por ela. Virgínia lhe comunica sua partida, e sua vontade de que não haja "adeuses". Consegue, finalmente, não se sentir vítima, e perceber as pessoas em suas reais dimensões humanas.

Virgínia se dá conta de sua semelhança com Daniel, e se refere a ele pela primeira vez como pai.

(4) - As Meninas, de 1973, por Lygia Fagundes Telles

Lorena, Lia e Ana Clara são três moças que moram em um pensionato de freiras, em São Paulo.

Lorena é estudante de Direito. Perdera o pai há muitos anos; e a mãe, originária da alta burguesia rural, vendera suas terras e outros bens, e mudara-se com a filha para São Paulo. Tendo se apaixonado por um homem muito mais jovem, resolveu se casar de novo; e, por isso, instalou Lorena no pensionato, mandando reformar e decorar um quarto especialmente para ela — a "alcova cor-de-rosa", como o apelidaram as outras moças.

Lia de Melo Schultz, filha de um soldado alemão fugido do nazismo com uma mulata bahiana, viera de Salvador para estudar Psicologia em São Paulo; e também para "alçar voo", livrar-se dos cuidados da mãe. Chegara já muito politizada; com duas malas estourando e "O Capital" debaixo do braço, "metido num papel de pão que mais mostrava do que escondia" (segundo Lorena). Filiou-se logo a um grupo político da faculdade, tornando-se efetivamente uma militante.

Ana Clara é uma moça muito bonita; manequim, ganha a vida como modelo fotográfico. De origem muito pobre, não chegou a conhecer o pai; vivera sua infância de quarto em quarto, em meio a sujeira e promiscuidade, pois sua mãe "trocava de homem o

tempo todo".

Lorena vive preocupada com os "nãos" e "sins" das regras sociais, com seu físico franzino, com seus problemas em relação à sexualidade. Apaixonou-se por um médico muito mais velho e casado, que não quer nenhum envolvimento com ela; reconhece a natureza edipiana de tal relacionamento, e o encara com um certo humorismo e angústia. Reflete sobre si mesma, e se diz "do tipo enrolado, detalhista e minuciosa, e ainda por cima com mania de limpeza". É inteligente e boa aluna.

Lia, ou "Lião", como a chama Lorena, mostra ser uma moça forte, objetiva, determinada, que luta contra a "estereotipia dos traços femininos". Repudia seus eventuais "acessos de romantismo"; começara a escrever um livro, que "estava muito lírico" e por isso rasgou-o; talvez mais tarde, acha ela, possa escrever algo mais enxuto, objetivo. Parece lidar muito bem com sua sexualidade, sem romantismo, mas também sem frieza; "simplesmente como sexo", diz ela.

Ana Clara vive uma vida inteiramente desregrada; é viciada em tóxicos fortes. As recordações da infância invadem constantemente o seu pensamento: a vida miserável, a fome, a brutalidade; violentada na adolescência pelo dentista e pelo professor, crescera sendo usada pelos outros e pensando em usá-los também. Acabara por se tornar uma mitomaniaca; sonha com um casamento rico, porque "o dinheiro resolve tudo".

Lorena se revela uma moça desprendida, pelo menos na medida em que os recursos lhe sobram; "procura ir dando as coisas para as outras, pois, afinal, tem sempre muito, e não poderia mesmo usar tudo", diz ela. Financia os "detalhes": empresta o carro da mãe para as atividades "subversivas" de Lia, fornece o dinheiro para as "futilidades" de Ana Clara; mas tem receio de sair de sua "casca" e "ir por aí se comprometendo com as coisas" (sic).

Lia torna-se "namorante" (termo empregado por Lorena) de um rapaz do seu grupo, Miguel, que acaba sendo preso. Lia passa então a dividir a liderança do grupo com um outro amigo; "o afeto ou o amor não devem enrolar os objetivos", considera ela.

Ana Clara apaixona-se por um rapaz, que é traficante de tóxicos, e viciado como ela; e que, também como ela, se lamenta e se destrói, tentando "destruir" a realidade. Ana Clara vai assim tornando cada vez mais escassas as suas possibilidades de sobrevivência. Em todos os seus delírios e alucinações aparecem as soluções mágicas, a grandiosidade pedante e a onipotência.

Em um de seus "trabalhos", o grupo de Lia consegue a libertação de Miguel, que viajará para a Argélia. Lia deve se encontrar com ele lá. Lorena consegue o dinheiro para isso; e sua mãe, sem saber de tudo, arranja roupas e agasalhos.

Ana Clara morre, em consequência de um consumo excessivo de drogas; isto ocorre no quarto de Lorena no pensionato. Lia deve partir nessa mesma madrugada, e com a maior discreção. Ante

o desespero e o descabido da situação Lia fica confusa e perturbada; não sabe o que fazer. A "solução salvadora" é fruto da inteligência, capacidade de reflexão e imaginação de Lorena. As duas vestem o corpo de Ana Clara, calçam-lhe os sapatos, pintam-lhe o rosto como se para sair à rua, e preparam sua bolsa, ou seja, colocam nela seus documentos e todas as demais coisas costumeiras; tiram-na do quarto e a colocam no carro da mãe de Lorena; finalmente, transportam o corpo até uma pracinha deserta, onde o arrumam sentado em um banco. Já é de madrugada. Despedem-se: Lia começa a viagem para a Argélia; Lorena vai para a faculdade, onde deve fazer uma prova.

#### 4.3 Resultados do estudo exploratório da mudança na caracterização da personalidade de personagens femininas

O processo de detecção de eventuais mudanças na caracterização psicológica das personagens dos romances selecionados obedeceu à seguinte sistematização: foram de início, analisadas as personagens de cada um dos romances de uma escritora e ao mesmo tempo, comparados esses dois conjuntos de personagens; em seguida, foi feito o mesmo em relação aos romances da outra escritora. Finalmente, na conclusão da dissertação foram discutidas em termos comparativos globais as obras das duas autoras. Na apresentação dos resultados alcançados, que se segue, são formalmente reproduzidos o primeiro e o segundo desses procedimentos objetivos.

##### 4.3.1 Os Romances de Heloneida Studart

Graça, Melba e D. Conceição, em "A Primeira Pedra, são mulheres marcadamente mesquinhas, traiçoeiras, com pouco senso de solidariedade, ignorando quase que por completo os preceitos de " fraternidade feminina ". Podem ser fortes ou fracas, ativas ou passivas, mas são muito pouco solidárias entre si — qualidade "tipicamente feminina", diriam alguns dos antigos estudiosos da personalidade; porém é mais provável que as condições culturais prevalescentes no nordeste brasileiro dos anos 50, como implicadas no referido romance, tenham sido as reais responsáveis

pela emergência desse traço específico nas personagens em questão. De fato, a situação compartilhada de subordinação e dependência não parece em nenhum caso, propícia a que venha a se forjar união e solidariedade entre os dominados. Porque deveria ocorrer o contrário com essas mulheres fictícias? O reformatório religioso, para onde foi enviada Melba após a família ter descoberto sua relação sexual com Cid, constitui uma excelente fonte de exemplificação do que finalmente acontecia com as mulheres nordestinas de classe média que ousavam de diversas maneiras rebelar-se contra a dominação social masculina. Proporciona também uma boa ilustração de como as próprias mulheres — as freiras, no caso — podiam levar sua falta de solidariedade feminina ao ponto extremo de sadicamente se identificarem com o opressor, a cultura masculina, cuja integridade se empenhavam em defender. Ilustrando ainda a mesquinhez no relacionamento entre as mulheres como culturalmente condicionada pela discriminação sexista, quando a família começa a pensar em mandar Melba para o reformatório, Graça não protesta, "encolhe-se", mesmo sabendo do sofrimento que aguarda a irmã. Melba, percebendo finalmente que, sendo mulher, as regras e as leis lhe são desfavoráveis, pergunta a Graça — "Como pode o tio estar tão revoltado, quando vivia na maior devassidão por aí?" Estaria ele sendo sincero? Graça responde que sim, que ele atirá a "primeira pedra". Mas ela está atirando também.

As personagens femininas de "A Primeira Pedra" parecem pessoas poucos capazes de compreender o mundo, e vivê-lo fora de uma perspectiva estóica, frequentemente masoquista mesmo. Que isto decorre das relações de dominação cultural acima aludidas, e



não constitui realmente uma "natural tendência feminina", fica evidenciado pelas espontâneas reações comportamentais que acompanham tal resignação estóica, e a contradizem em sua essência; como ocorria com D. Conceição que suspirava de alívio ao acabar de cumprir suas "obrigações (sexuais) conjugais". Trata-se, neste caso, de uma dupla repressão cumulativa: a repressão sexual "tipicamente feminina" de que falara Freud, a que certamente fôra submetida D. Conceição durante seu desenvolvimento psicossocial, e uma posterior repressão situacional — o casamento e suas obrigações — agindo sobre a repugnância ao sexo que resultara da primeira repressão. A artificialidade socialmente imposta desse estoicismo é também evidenciada na maneira como Melba procura escapar ao seu destino, inconsciente e inconsequentemente, embora sem desafiá-lo diretamente, e na maneira como Graça revigora aquele traçado para ela, internalizando-o, tornando-o "produto de suas próprias convicções" (quando, na verdade, estas é que são o produto de um complexo processo psicológico desencadeado pelo "destino", considerado aqui em sua dimensão sociológica objetiva). Melba escapa, temporariamente, à submissão completa ao inexorável poder dos homens, através da adesão a traços personalógicos comumente permitidos às mulheres, embora sob circunstâncias específicas e dentro de limites não muito amplos — a superficialidade, a imaturidade. Melba, tendo ultrapassado aqueles limites, acaba por ser submetida a um processo de "ressocialização", pelo qual é iniciada no sofrimento para poder mais tarde compreender estoicamente a vida: e, de fato, Melba sofre, desespera-se mesmo; tenta fugir do reformatório, mas psicologicamente já não há mais para onde fugir; deve resignar-se, "amadurecer".

Graça, tem, por seu turno, no enredo do romance, o destino de amar sem ser plenamente amada; deve cumprí-lo, não deve fazer nada para mudá-lo; e, de fato, não o faz. À primeira vista, poderia parecer que isto contradiz a proposta freudiana de que seja um traço típico da personalidade feminina a "maior preocupação em ser amada do que amar", mas, na realidade, Graça não se esforça por conquistar Cid, por levá-lo a amá-la, justamente porque se preocupa em ser amada do modo mais autêntico possível. O que Graça faz por Cid — mentir à família e tratar de sua doença até à própria exaustão — não pode ser considerado como uma manobra de conquista; enquadra-se muito mais no padrão de desprendimento estóico, socialmente aprovado para a personalidade feminina. Mais inteligente do que Melba, que também sofre por não ser amada por André Luiz, Graça é capaz de trabalhar intelectualmente seu destino, criar-lhe convicções de apoio, "curtí-lo", ao mesmo tempo em que mantém entreaberta uma porta para a fuga definitiva — a "fantasia" de vir a escrever um livro. De qualquer modo, só consegue usar essa "porta" após a morte de Cid.

Uma última questão que cabe aqui focalizar, e isto obrigatoriamente em se tratando de uma discussão sobre personalidade, é o da relativa independência às normas dos indivíduos. Pergunta-se, então: alguma das personagens é retratada como possuindo algum grau de autonomia em relação às circunstâncias que compõem o enredo do romance? Certamente, D. Conceição não a possui de modo algum; "engolirá os livros de normas e regras", e sabe a cada instante a regra mais apropriada para a situação. O aparente questionamento de Melba, que se atira à conquista de Cid e ousa perder a virgindade com um homem que não é seu marido e ao

qual nem sequer ama, parece ser só aparente mesmo. Sua natureza física, isto é, o fato de ser bela e sensual, era o único recurso significativo que tinha para usar; e, quando frustrada pelo definitivo desprezo de André Luiz, usou-o como costumava fazê-lo, ou seja, despropositadamente, inconsequentemente, compulsivamente, sem ligar inclusive para a circunstância de que implicaria em magoar a irmã. E qual o grau de autonomia de Cid, personagem masculina em um contexto cultural "masculino"? Relativamente, seria grande: Cid não se preocupa nem se interessa pelas relações sociais em geral; só gosta "curtir" a praia de Jaçanã; e os fatos de ter sido obrigado a ir estudar no Rio de Janeiro e haver concordado em casar com Melba não são psicologicamente relevantes, pois o atingiam de modo apenas superficial. Mas, embora aparentemente descomprometido com a sua cultura, Cid torna-se, pela denúncia de sua relação sexual com Melba a Graça e Amauri, ativamente responsável pela punição e providências de "ressociação" de Melba, constituindo-se assim efetivamente em agente de preservação da moral sexual vigente. Sua caracterização como personagem indiferente, distante, descomprometido, não foi suficiente para impedir que no enredo do romance tivesse que assumir tal papel culturalmente "necessário"; a própria aparente gratuidade com que Cid o desempenha pode ser tomada como uma convincente indicação de sua falta de autonomia psicológica. Finalmente, Graça é a única personagem que conseguiu partir para a realização de um sonho próprio e insistentemente acalentado — escrever um livro. Mas, só pôde fazê-lo após a morte de Cid; esta representara a "morte" em Graça de seu desejo "feminino" de submissão, de humilhação, de relacionamento masoquista com o sexo oposto, tão eficientemente alimentado pela indiferença do amado. Em-

bora se possa argumentar, em termos psicanalíticos, que "escrever o livro" encontra-se determinado por uma "fixação" ao pai, que fôra quem lhe inspirava o gosto pela literatura, o "voo" de Graça para outro tipo de vida, após a morte de Cid, é contemporaneamente autônomo. E Graça leva Melba consigo nesse "voo", o que tem um sabor de "resgate" de uma parte de si própria — a sexualidade — que havia sido negada na relação com Cid, e também de redenção de uma anterior falta de solidariedade feminina. A retratação personalógica de Graça representa talvez já um vislumbre da mudança necessária e possível da mulher rumo à maior autonomia, amor-próprio e solidariedade.

Marina, Luciana e Vó Menina, em "O Pardal é Um Pássaro Azul", surgem, em seu conjunto, como mulheres mais definidas em relação à força egóica do que as personagens do romance anterior. Mostram-se mais afirmativas, mais questionadoras, com maior controle sobre suas emoções, mais capazes de assumir responsabilidades e experimentar novos caminhos; são, em síntese, psicologicamente mais autônomas. Contrastam nitidamente com Graça, Melba e D. Conceição, sempre tão excessivamente preocupadas com a aprovação de suas condutas pelos outros. Há duas explicações plausíveis para essas diferenças: a primeira é de que, supondo-se a existência em todas as épocas de um mesmo "estoque" de diferentes tipos de personalidades femininas, Heloneida Studart teria focalizado nesta segunda obra três mulheres típicas essencialmente distintas das outras três caracterizadas no primeiro romance; a segunda é simplesmente a de que, vinte anos depois de tão custosamente Graça ter alçado o seu "voo", as condições sócio-culturais do nordeste brasileiro, pelo menos nas

zonas urbanas, onde ambos os romances são ambientados, teriam se alterado o suficiente para já permitir a emergência de mulheres mais autônomas, mais assertivas e inclusive mais solidárias. A rigor, nenhuma das duas explicações pode ser descartada; encontram-se disponíveis evidências de apoio a ambas. Por exemplo, no que se refere à primeira delas, basta um raciocínio aritmético simples para demonstrar que Vó Menina e D. Conceição, personagens psicologicamente tão diferentes, pertencem à mesma geração. O fato de seus comportamentos, e personalidades subjacentes, poderem ter sido condicionados por suas respectivas e bastante distintas origem e situação sócio-econômicas não invalida a proposta de que constituíssem de fato dois dos diversos tipos possíveis de um mesmo "estoque" contemporâneo. Não obstante, a segunda explicação parece mais atraente, pelo menos para os propósitos do presente estudo; e uma boa evidência ilustrativa pode ser trazida em seu apoio. Algo que havia saltado à vista no primeiro romance fôra a falta de solidariedade entre as personagens mais jovens, e isto mesmo por parte da "heróina" Graça; enquanto que, em "O Pardal é Um Pássaro Azul", a jovem "heróina" Marina é um exemplo de solidariedade feminina e humana em geral. No entanto, nesse mesmo romance, o relacionamento entre Luciana, mãe de Marina, e tia Nini é marcado por rivalidade, hostilidade e competição de tipo mesquinho e traiçoeiro; e estas deviam ter, vinte anos antes, as idades de Graça e Melba. Como conclusão parcial e provisória, é possível dizer que um novo tipo de personalidade feminina, que não estava presente em "A Primeira Pedra", emerge como importante personagem na segunda obra, mas que persistem ainda nestas personagens com os traços personalógicos característicos das mulheres dos anos 50.

As personagens selecionadas de "O Pardal é Um Pássaro Azul" não são de modo algum resignadas ou conformadas em atender às expectativas dos outros à sua volta, embora por diferentes razões e empregando diferentes estratégias. Vó Menina assim se comporta porque se considera de "natureza macha", estando aí implícito um arraigado preconceito social em relação à condição feminina, que ela própria explicita em sua frequente afirmação de que "mulher não tem querer, nem negro, nem pobre". Talvez Vó Menina, participando assim convictamente desse preconceito tão difundido à época de sua socialização primária e secundária, tenha ela própria "querer" não exatamente por possuir "naturalmente" uma personalidade "masculina", mas sim por haver herdado socialmente, pelo menos no âmbito familiar, o "poder masculino" da decisão inquestionável, fundamentado este, por seu turno, no controle dos recursos econômicos. As duas outras mulheres focalizadas no estudo, a filha Luciana e a neta Marina, também têm "querer", não se resignam; estabelecem objetivos e lutam por sua consecução, embora devam frequentemente sobreviver com estoicismo a situações adversas. Luciana na mocidade fizera valer a sua vontade contra a dos próprios pais, casando-se com um homem pobre; deu-se mal e precisou voltar sem direitos para sob o jugo da mãe, mas ainda assim continua tentando modificar o curso dos acontecimentos, envolvendo-se em disputas menores, fazendo intervenções mesquinhas, mas, de qualquer modo, não se deixando anular inteiramente. Marina contara desde a infância com o "poder de querer" que seu prestígio junto à avó lhe emprestava; isto terá certamente contribuído para que lhe desenvolvessem traços personalógicos de auto-confiança e inconformismo; porém mais decisivas para tal conquista terão provavelmente sido as lições

de jovialidade, generosidade, consciência social básica e a experiência subjetiva de amor proporcionadas por alguém materialmente desprovido de qualquer poder — João, o primo deserdado, rejeitado e humilhado. De fato, embora não chegue a se engajar politicamente na luta como João, o seu "querer", à diferença do de Vó Menina, orienta-se para a produção de mudanças na ordem familiar e social vigentes. As atividades estóicas de Marina face à impossibilidade de concretização de seu amor por João e face à prisão e sofrimento deste assumem uma dimensão positiva, de altivez, de voluntarismo ou não-compulsividade, que parecera faltar às atitudes de Graça frente a problemas semelhantes.

A figura masculina significativa de "O Pardal é Um Pássaro Azul" distancia-se também bastante da de "A Primeira Pedra", no sentido de uma trajetória radical da omissão à ação, da inconsciência à consciência social, da espera à busca; enfim, da compactuação com o "statu quo" ao seu mais dramático desafio político-social. Há, entretanto, na caracterização desses homens, um aparente paradoxo que deve merecer alguma atenção especial: Cid, o existencialista limitado e indiferente, detesta a violência; João, o psicológica e socialmente sensível, engaja-se nela. Explicitando melhor: alguém que não experimenta um sentimento de vinculação profunda de seu próprio destino aos das outras pessoas e ao da humanidade mesma não deveria se importar com os efeitos da violência; e alguém que sofreu na carne e na "alma" os efeitos de todo o tipo de violência e se deu conta de todas as suas dramáticas implicações não deveria tornar-se ele próprio violento. Mas, na verdade, as questões cruciais são as de que envolver-se na violência interferia com os objetivos vi-

tais egoístas de Cid, e envolver-se na violência poderia propiciar o atingimento dos objetivos vitais altruístas de João. Adiantando novamente uma conclusão parcial e provisória, se os movimentos feministas julgarem dever contar com a participação mais efetiva dos homens na caminhada pela atualização do ideal igualitário humano, devem procurar aqueles que já estejam na luta, seja em que seara fôr, e não aqueles que simplesmente nada tenham a opor à causa feminista.

Finalmente, uma derradeira e mais incisiva comparação deve ser feita entre as personagens femininas centrais dos dois romances de Heloneida Studart — Graça e Marina — pois, é em torno destas que giram as complexas tramas dos relacionamentos interpessoais, bem como constituem elas os seres fictícios em cuja intimidade psicológica sua criadora parece ter penetrado mais profundamente. Graça faz a imagem da mulher que ainda não explorou ou não desenvolveu todas as suas possibilidades vitais: não acredita muito em si própria, não reivindica direitos, prazeres ou sequer reconhecimento humano; suas frustrações não chegam a gerar reações comportamentais manifestas, mas são, ao contrário, assimiladas à sua estrutura básica de personalidade, tornando-a cada vez mais depressiva. Sua passividade estóica é levada a um tal exagero, que dela se pode dizer que é "uma heróina sem heroísmo"; a omissão consciente, a retirada convicta da luta, constituindo paradoxalmente sua única possibilidade de se fazer presente nos limites da vida, ou do romance. Marina não representa, a rigor, como superficialmente se poderia ser levado a julgar, uma imagem personalógica oposta à de Graça. É, assim, o seu enriquecimento psicológico, o desabrochar, socialmente permiti-



do vinte anos depois, de novas e valorizadas características "femininas", no sentido de humanamente e não apenas culturalmente possíveis às mulheres.

#### 4.3.2 Os romances de Lygia Fagundes Telles

Virgínia, Otávia e Bruna, em "Ciranda de Pedra", são mulheres cujos respectivos processos dinâmicos de desenvolvimento e funcionamento encontram-se socialmente ambientados na classe urbana alta de São Paulo dos anos cinquenta. Embora tal caracterização não se aplique inteiramente ao caso de Virgínia, que é envolvida pela primeira vez no enredo do romance ainda adolescente e insere-se de forma bastante ambígua, tanto objetiva quanto subjetivamente, naquela classe social, também ela tem seus conflitos psicológicos marcados pelos valores e expectativas dominantes nessa sub-cultura de referência. Uma das principais implicações dessa contextualização social específica das personagens é a de que nenhuma delas "enfrenta a vida", no sentido mais concreto e cotidiano dessa expressão, ou seja, não trabalham e nem sequer sentiram necessidade de estudar; e, embora mais uma vez Virgínia pareça constituir uma exceção, agora no que se refere ao estudo, este representou simplesmente um abandono daquele ambiente social, resultante da descoberta de que não pertencia de fato a ele. E, de qualquer modo, o processo de intelectualização de Virgínia decorreu em uma instituição fechada, o colégio de freiras, no qual, apesar de ter experimentado uma intensa e dolorosa discriminação interna, permaneceu protegida das dramáticas exigências com que a vida confronta aque-

les sem uma sólida ancoragem sócio-econômica no "sistema". De fato, a felicidade e a infelicidade, os conflitos e suas soluções, as frustrações e as reações a elas, nas quais se consomem as trajetórias dessas personagens ao longo do romance, trazem a marca da mais completa alienação social, política e econômica. Não se trata aqui de uma acusação a tais mulheres, mas sim de uma constatação de que, permanecendo dentro dos limites da segurança econômica proporcionada pela sub-cultura masculina de classe alta, não lhes resta outra coisa senão ocupar-se de suas próprias existências, condicionadas estas sempre aos padrões de relacionamento interpessoal estabelecidos pelos homens que as protegem da luta externa; devem permanecer engajadas na "luta interna", frequentemente mesquinha e desleal entre elas mesmas e até consigo mesmas.

Virgínia, a personagem central, aparece inicialmente como uma adolescente angustiada e insegura emocionalmente instável e ambivalente. Psicanaliticamente, dever-se-ia identificar a origem de tal configuração de sentimentos em uma situação edípiana não resolvida; e, certamente é possível fazê-lo, desde, entretanto, que se incorpore a essa explicação uma série de circunstâncias socialmente relevantes. Dizendo de outra maneira, como equacionar em termos freudianos estritos o desenvolvimento psicosssexual de uma mulher cuja mãe sempre lhe fôra apresentada como doente mental e que tem dois pais, um "oficial" e um "de fato"? Esta parece inclusive uma situação mais complicada do que a encontrada por Malinowski em Trobriand, pois lá a dicotomia entre "pai biológico" e "pai social" era culturalmente reconhecida e atingia a todas as crianças em crescimento; no caso de Virgí-

nia, Daniel é simultaneamente pai biológico e social, porém a troca de objeto libidinal se faz da mãe para o "pai oficial". Como Virgínia desconhece a princípio essas realidades, pode-se argumentar que para ela, já que são apenas as suas vivências que importam na explicação freudiana, a triangularidade edipiana clássica se sustenta. Não obstante, uma perspectiva psicossociológica ampla talvez se mostre mais adequada; por exemplo, ao invés de insistir em que a menina culpa a mãe por não possuir um pênis, parece mais convincente concluir que a menina culpa mais globalmente a mãe por, devido à sua doença, impedir que ela possa, como as irmãs, privar da intimidade do "pai oficial" e assim auferir de todas as vantagens materiais e sócio-afetivas que decorreria dessa convivência. Ainda, parece correto atribuir boa parte das dificuldades psicológicas da adolescente ao fato socialmente concreto de que tanto seu pai oficial quanto suas irmãs a rejeitam e a hostilizam, embora às vezes de maneira velada ou ambígua; tal fato iria assumir seu inteiro significado quando afinal Virgínia tomasse conhecimento de sua verdadeira filiação — Natércio, Bruna e Otávia culpavam-na por sua própria existência física e social, pouco importando sua personalidade e seus comportamentos. Ela faz, então, o que sempre se gostaria que acontecesse — desaparece daquele cenário físico e social. Quando faz sua "rentrée" anos mais tarde, é já uma outra personagem, uma mulher culta, céptica, ressentida, vingativa; sua realidade personalógica é agora um novo fato com o qual as demais personagens devem lidar.

Otávia e Bruna, seguramente mais do que Virgínia, também culpavam a mãe; não por não terem um pênis, ou não só por isso, mas por ter com seu "erro" perturbado tanto a ordem familiar, a que se encontravam, pelo menos enquanto jovens, alegremente submetidas; sua felicidade só não era completa porque a mãe "loucamente" desafiara aquela ordem. As irmãs mais velhas de Virgínia, assim como as freiras do colégio em que esta estudara, foram sempre, como se pode ver, ativas defensoras da já então decadente família patriarcal brasileira. Não compactuavam gratuitamente com tal dominação masculina, embora o fizessem inconscientemente: o pai, o homem, na família de classe alta, não apenas dominava internamente, mas dominando também externamente em termos sócio-político-econômicos, proporcionava aos seus dependentes diretos a abundância material e o prestígio social imediato. Bruna e Otávia receberam, de fato, tais recompensas por sua lealdade à cultura masculina em doses bastante generosas; resta, entretanto, indagar de que lhes terá valido tudo isso — culto familiar e privilégios econômicos — em termos de formação e funcionamento atual de suas personalidades.

A imagem física de Otávia constituía, na época, o ideal da beleza feminina; cabelos louros encacheados, o olhar vago e distraído, lhe conferiam uma aparência angelical. Pode-se validamente especular que esses traços físicos, combinados com um processo de socialização restrito e restritivo ditado pelas expectativas masculinas típicas, resultaram na constituição de uma mulher excessivamente narcisista e de estrutura egóica extremamente frágil, ou seja, em uma personalidade caracteristicamente feminina segundo a perspectiva freudiana. De fato, Otávia

chegara mesmo a anular-se psicologicamente: suas poucas tentativas mais persistentes de realização pessoal, como o relacionamento amoroso com Conrado, foram sistematicamente frustradas; em decorrência, retrairia-se, desistira de lutar, passara a viver simplesmente ao sabor dos acontecimentos, sem se comprometer com nenhum rumo objetivo de vida. Otávia assume uma postura "existencial" neutra, superficialmente fatalista, considerando que "as pessoas não são boas nem más, são uma hora de um jeito e depois de outro" (sic); e faz acompanhar essa descomprometida visão do mundo de um amoralismo, que lhe permite ter sucessivos casos amorosos sem se ligar afetivamente a nenhum. Otávia é fisicamente parecida com sua mãe, e psicologicamente também; o narcisismo, a superficialidade e principalmente o não estabelecimento de vinculações estáveis com a realidade talvez prenunciem uma reedição da perturbação psíquica materna.

Bruna, ao contrário de Otávia, é uma mulher com características "masculinas"; é fisicamente mais parecida com o pai, e psicologicamente identifica-se com ele, condenando severamente a mãe por haver traído o seu amor, por tê-lo feito sofrer. Sua característica personalógica dominante é a rigidez, grandemente alimentada pela religião, que lhe proporciona um elenco de racionalizações para justificar qualquer de seus comportamentos eticamente condenáveis, como ter um amante, atormentar a menina Virgínia, não demonstrar piedade para com a mãe doente, e assim por diante. Bruna é também uma fêmea vigorosa "égua bíblica", como a caracterizara Virgínia: competira ferozmente com Letícia pela conquista de Afonso, mas uma vez casada desiludira-se com a fragilidade e superficialidade deste; tornara-se amante de Rogério, homem

forte, musculoso, ascético, que lhe era rigorosamente mais semelhante. Apesar de tudo, Bruna permanece casada, com a própria integridade personalógica ameaçada; o que, na verdade, não conseguia admitir é que a ordem sócio-familiar se visse ameaçada. Bruna cumpre e faz cumprir as normas pertinentes; o ostensivo e oportunista comprometimento com um moralismo religioso constitui sua principal arma para isso.

Bruna empenha-se em manter o "statu quo" no universo familiar, Otávia alheia-se e não atrapalha, mas Virgínia, em seu retorno, agora como personagem adulta, desencadeia profundas e inesperadas alterações. Modificada, pelo próprio processo de maturação fisiológica em uma mulher bonita, e modificada também psicologicamente, pelas experiências sofridas no internato, de uma adolescente confusa e insegura em uma jovem adulta assertiva mas cheia de ressentimentos, mágoas, marcas indelévels de inúmeras discriminações, Virgínia passa a constituir ela própria uma agente de modificação das relações familiares cristalizadas, e acaba por modificar-se a si mesmo. Trata-se esta última mudança não de uma reconciliação com o "lar paterno oficial", mas sim da superação do motivo primeiro de aceitação por este e do posterior desejo de vingança; é uma reconciliação consigo mesma, com a memória dos verdadeiros pais; é, enfim, uma disposição de viver o futuro e não continuar determinada pelo passado. Realmente, se àquela época um novo tipo de personalidade feminina já começara a ser forjado no Brasil, a "matéria prima" adequada só poderia ser constituída de mulheres de inserção indefinida na estrutura econômica e familiar da sociedade e portanto potencialmente capazes de dispor de seus próprios destinos, como Virgínia parece estar pronta a

fazer ao final do romance.

Lorena, Lia e Ana Clara, em "As Meninas", são mulheres que, morando sozinhas em um pensionato de freiras em São Paulo na década de 1970, não mantêm vínculos imediatos ou cotidianos com suas estruturas familiares de origem. Embora difiram bastante entre si em termos de traços personalógicos dominantes, e isto em parte devido a suas origens diversas, como um conjunto diferem bastante mais das personagens retratadas no romance anterior. A principal distinção está provavelmente relacionada com o fato de que estas de agora "enfrentam a vida"; não se encontram automaticamente protegidas, e conseqüentemente limitadas pelos outros à sua volta. Mesmo Lorena, que receia os envolvimento, que não quer se expor "desnecessariamente", deve ela própria ocupar-se de sua proteção. No ato de "enfrentar a vida", as possibilidades de sucesso podem inclusive se mostrar prejudicadas desde o princípio, como é o caso de Ana Clara, que é simplesmente levada pela vida; algo humana e femininamente mais digno de admiração, entretanto, do que o mero engajamento em disputas intra-familiares. Lia ou "Lião", por seu turno, não se protege nem se deixa levar, e sim enfrenta a vida atacando-a, tentando modificá-la, pelo menos em sua configuração sócio-política nacional; seu esforço de mudança externa implica ainda em um auto-disciplinamento, ilustrado pelo repúdio ao lirismo e romantismo presentes no livro que estava escrevendo e que acabara por isso mesmo rasgando. Considerando-se, enfim, os contextos sociais e históricos específicos em que se ambientam respectivamente os enredos de "Ciranda de Pedra" e de "As Meninas", passa-se da "família", com seus rígidos condicionamentos das relações interpes-

soais, para a "cidade aberta", com suas normas frouxas e consequentemente não proporcionadoras de qualquer segurança estrutural para os relacionamentos interpessoais; passa-se, assim também, da "natural" competição entre irmãs, forçadas a permanecerem sempre "menores", para a socialmente construída solidariedade entre jovens adultas, que não têm porque competir entre si e sim com a vida.

Parece interessante voltar aqui à questão, anteriormente especulada com relação aos romances de Heloneida Studart, da existência ou não, pelo menos no horizonte criativo de uma dada romancista, de um "estoque" finito de tipos de personalidades femininas, do qual se retiraria uns ou outros para informar as caracterizações personalógicas das personagens envolvidas em um enredo particular. Tal especulação deve complementar aquela já desenvolvida, na medida em que se comparam agora dois conjuntos de personagens que pertencem cada um deles a uma mesma geração — três irmãs versus três companheiras. Descontados os condicionantes sócio-histórico-culturais diferenciais, pode-se propor uma equivalência psicológica hipotética inicial entre Virgínia e Lorena, Otávia e Ana Clara, e Bruna e Lia. Virgínia e Lorena são flagrantemente as personagens centrais de cada um dos romances analisados; são, na medida em que provêm com suas ações definitivas os fechos dos respectivos enredos, as "heroínas", cada uma entretanto à sua maneira. No caso de Virgínia, que tivera sua identidade social sucessivamente confundida, negada e mesmo modificada, não é de estranhar que seu "heroísmo" tenha se orientado para a construção de uma identidade psicológica que pudessem independe- r daquela socialmente atribuída. Heroína de sua própria cau-



sa, experimenta táticas diversas ao longo do tempo, ao longo da sua trajetória de menina a mulher: implora reconhecimento, vinga-se e depois se arrepende; impõe-se finalmente, e reconcilia-se consigo mesma. Já Lorena é a heroína descomprometida e não moralista das causas das outras: "financia os detalhes", comodiz ela mesma; dá sempre, sem pedir retorno. Por outro lado, suas deficiências são "suas"; não atribui a responsabilidade por elas aos outros, nem deles solicita quaisquer soluções. Capaz de atender às necessidades das demais, por possuir dinheiro de sobra, não é este, afinal de contas o seu recurso pessoal mais valioso; é sim com a inteligência e a imaginação próprias que ela pode contar para, por exemplo, assegurar um satisfatório desfecho para os problemas em que se vira envolvida a desenvolta, prática e inovadora Lia, ao mesmo tempo em que se assegura o prosseguimento imperturbado de sua própria e psicologicamente insatisfatória vida. De fato, Lorena permanece sempre uma moça tímida, intimista ou subjetivista, temerosa de deixar sua "concha cor-de-rosa" e aumentar a gama de suas experiências vitais objetivas; suas relações amorosas são platônicas, meras fantasias "edípicas". Psicanaliticamente, poder-se-ia dizer que Lorena defende seu "ego" das ameaças inerentes à sua patente imaturidade psicossexual, através de uma sublimação em termos de realização intelectual. Não obstante, Lorena é bastante autoconsciente e autocrítica, inclusive no que se refere à própria repressão sexual e à esquivança de comprometimentos políticos e sociais. À diferença de Virgínia, Lorena se conhece; sua omissão consciente é efetivamente uma "opção de vida", se assim pudermos conceitualmente considerar os casos em que os determinismos efetivos básicos encontram-se já bastante alterados por uma elaboração intelectual so-

bre eles exercida. A questão comparativa fundamental, entretanto, é a de que as diferentes condições histórico-culturais da mulher impediam que Virgínia pudesse se conhecer, enquanto permitem que Lorena o faça; mas também obrigam a que esta opte, enquanto permitiam que aquela permanecesse "livre" do ônus de fazê-lo. É, certamente, forçoso concluir que Ligya Fagundes Telles não possuía em seu "estoque" de personalidades femininas típicas do pós-guerra o "tipo Lorena".

Otávia, em "Ciranda de Pedra", e Ana Clara, em "As Meninas", equivalem-se em uma série de características personalógicas comportamentais, e mesmo físicas; sobressaem nesses sentidos, o narcisismo, a superficialidade, a irresponsabilidade, a falta ou perda de âncoras existenciais, a falência dos objetivos pessoais, e também a beleza física, que terá seguramente desempenhado um papel significativo na determinação das trajetórias "vitais" de ambas as personagens.

Ana Clara, como Otávia, simplesmente vive; não estabelece objetivos exequíveis e esforça-se por alcançá-los. Ao contrário, simplesmente para não ter que lutar por elas, Ana Clara imagina metas irrealísticas, cuja aproximação só pode mesmo ser obtida através da atividade psíquica alucinatória induzida pelo consumo sistemático de certas drogas; quando estas não se encontram disponíveis, consome outras que lhe permitem escapar da angústia de não estar conseguindo realizar aquelas fantasias. Se Otávia não faz isso — buscar fantasiosamente objetivos inalcançáveis e definitivos — estabelece, por seu turno, metas facilmente atingíveis e passageiras, como suas inconsequentes aventu-

ras amorosas, por exemplo. Embora pareçam, assim, envolver-se em comportamentos extremamente discrepantes, o significado psicológico destes é o mesmo: a fuga ao contacto com as exigências mais importantes da realidade existencial humana, a capitulação na luta por construírem-se a si próprias como individualidades socialmente dignas, no sentido mais alto dessa expressão — é este o significado do superficial amoralismo de ambas as personagens. Constituiriam, então, elas o mesmo tipo de personalidade feminina disponível no estoque de todas as épocas, culturas e sub-culturas? É possível que sim; mas deve-se, mais uma vez, considerar as condições histórico-culturais da mulher que servem de pano de fundo para essas configurações tão semelhantes de traços personalógicos. Não são apenas adversas, são qualitativamente distintas em sua adversidade; se o produto final é o mesmo, os respectivos processos de produção são nitidamente diferentes, e poder-se-ia especular que, se mantidas constantes aquelas condições extrínsecas, a personalidade "tipo Otávia-Ana Clara" estaria disponível tanto no estoque dos anos cinquenta quanto no dos anos setenta. É provável que não, embora seja de todo impossível definir aqui quais seriam as reais diferenças personalógicas que dissociariam aquele suposto tipo unitário.

Igualmente, Bruna e Lia, pelo menos à primeira vista, assemelham-se bastante em termos personalógicos; são ambas mulheres de elevada força egóica, lutadoras, dotadas de uma sexualidade exuberante e potencialmente sadia. Não obstante, a luta de Bruna desenvolve-se ao lado dos homens e contra as mulheres — sua mãe e sua irmã; e sua exuberância sexual, ao invés de se realizar de modo também socialmente gratificante, acaba simplesmente

por extravazar, de forma subjetivamente "anti-social" e auto-condenatória, considerando-se aqui sua extrema religiosidade; trata-se, enfim, de uma força tolhida, controlada, e principalmente usada pela cultura masculina e religiosa para fins de preservação do "statu quo". Lia, ao contrário, luta contra todos os tipos de permanência e conseqüente deterioração cultural humana; produto cultural híbrido em si mesma, não possui raízes sociais restritivas nem compromissos com a "realidade" definida pela ideologia dominante; encontra-se, por assim dizer, em disponibilidade psicológica e social para lutar pelas causas justas que as modernas concepções do homem em geral, e do feminino em especial, tornaram eticamente irrecusáveis. Enquanto na comparação entre Otávia e Ana Clara comportamentos manifestos distintos apontavam para um mesmo sentido psicológico profundo, na comparação entre Bruna e Lia uma mesma disposição psicológica potencial desdobra-se em comportamentos manifestos antitéticos. Considerando que o conceito de "personalidade" não pode, sob o risco de se cair em um "psicologismo", designar uma estrutura vazia de conteúdos sociais valorativos, Lia representa efetivamente um tipo de personalidade fundamentalmente distinto do representado por Bruna. Lia, por seus comportamentos manifestos — o engajamento revolucionário, a liberação sexual plena, a objetividade no trato das questões psicossociais — é a personagem de "As Meninas" que mais contrasta não só com Bruna mas com todas as personagens do primeiro romance de Lygia Fagundes Telles, e também com todas as variantes personalógicas reconhecidas pela abordagem estereotípica freudiana. Na verdade, entretanto, a personalidade atribuída a Lia constitui ela própria um novo estereótipo — a imagem idealizada de uma mulher, que ainda não existe em termos es

tatísticos significativos, mas que as inúmeras mudanças sócio-históricas recentes estão indubitavelmente criando. Tal imagem aproxima-se bastante do ideal andrógino preconizado por diversas das intelectuais feministas discutidas anteriormente neste trabalho.

## 5. CONCLUSÕES

O presente trabalho acadêmico constituiu basicamente uma avaliação preliminar, exploratória, das afirmações correntes, produzidas em sua maior parte por representantes intelectuais do feminismo contemporâneo, de que a chamada "personalidade feminina" tem experimentado profundas e significativas alterações no decorrer das últimas décadas, em função mesmo da ampla conscientização popular provocada por aquele movimento social. Acrescente-se que tais alterações teriam ocorrido no sentido de um afastamento dos estereótipos sexistas discriminatórios alimentados pela cultura masculina dominante.

De fato, as primeiras mulheres a se levantarem contra esse estado de coisas foram as sufragistas, as pacifistas e as militantes marxistas do princípio do século; em consequência, muitas mulheres comuns começaram a sair de casa para trabalhar ou estudar, começaram a galgar posições mais elevadas na seara administrativa pública e privada, bem como nas profissões liberais e no campo artístico em geral. Desta fase pioneira até agora o movimento feminista passou por avanços muito promissores e retrocessos francamente desanimadores, em função de flutuantes condições políticas, econômicas e culturais, alternadamente favoráveis e desfavoráveis.

Dentre estas últimas, pode-se, no que se refere especificamente à depreciativa caracterização de uma personalidade feminina típica, incluir a ampla aceitação que as proposições psi-

canalíticas freudianas, formuladas à mesma época em que surgiam os primeiros posicionamentos feministas, chegaram a receber em todo o mundo ocidental. Não parece mesmo injusto afirmar que Freud prestou um grande desserviço à causa feminista do igualitarismo humano, ao proporcionar "uma pseudo-corroboração científica" ao estereótipo personalógico da mulher. Talvez a descrição que Freud fez da mulher correspondesse realmente àquilo que a mulher européia do princípio do século era; porém ele foi mais além e propôs que a mulher sempre teria aquelas características, porque simplesmente faziam parte de sua inerente natureza psicossexual, ou seja, eram as manifestações inalteráveis de sua profundamente determinada destinação biológica e social. Não é também exagero denunciar que, o prestígio da psicanálise nos meios intelectuais, especialmente aqueles responsáveis pela divulgação de "crenças cultas", assegurou durante bastante tempo a permanência de tais traços nas mulheres ao submetê-las ao que se pode chamar de uma "profecia auto-realizadora".

Do exposto até agora decorre que se alguma mudança pudesse ser detectada na personalidade típica das mulheres ao longo do tempo, essa mudança corresponderia a uma infirmiação das hipóteses freudianas relativas à feminilidade. Nesse sentido, as críticas e revisões da postura psicanalítica original, que gradativamente emergiram no contexto psicológico acadêmico e intelectual em geral, e culminaram com as condenações mais diretas e radicais por autores comprometidos com a causa feminista, foram de importância fundamental para a ocorrência concreta das mudanças. Em outras palavras, funcionando elas próprias também, de forma corretiva, como "profecias auto-realizadoras", somaram-se às

modificações históricas objetivas na condição social da mulher, que já estavam forjando para esta uma nova identidade psicológica.

Afastando-se da estereotipia sexista culturalmente arraigada, e intelectualmente legitimada pela teoria psicanalítica da sexualidade, em direção a que novos padrões deveria ocorrer a mudança? Não havia, a rigor um padrão pré-estabelecido, pois isto significaria incorrer no mesmo erro de tipificação artificial que se queria corrigir. Não obstante, o processo histórico em sua dimensão psicossociológica acabou por conduzir à emergência não de um "padrão" fixo e estritamente delimitado, mas de um conjunto empiricamente constatado de alternativas viáveis de flexibilidade e liberdade individual na adoção de variados estilos de expressão e funcionamento psicológicos — o ideal andrógino.

O procedimento adotado no presente estudo exploratório das mudanças na personalidade feminina, entre dois marcos históricos relevantes para a mulher brasileira, consistiu em examinar as caracterizações personalógicas de personagens femininas de romances, escritos por mulheres, ambientados em uma e outra daquelas épocas. Embora não exista uma correspondência estrita entre personagens fictícias e mulheres reais, no que se refere à possibilidade de inferência de uma personalidade específica subjacente a suas manifestações comportamentais, por outro lado, a moderna teoria literária ensina que a ficção do tipo romance não pode distanciar-se muito da realidade, sob o ris



co de se tornar não crível ou ininteligível para o leitor. Isto implica que mudanças identificáveis no romance indicam, pelo menos, a existência de uma tendência a mudanças semelhantes na vida real. Se se considerar ainda que os romances não apenas retratam de modo estático e fragmentário a realidade social ou psicossocial, mas também funcionam frequentemente como catalizadores positivos da evolução dessa realidade, mais proveitosos e produtivos apresentam-se eles como índices de tendências efetivas de mudança psicossocial.

Com referência aos romances e personagens particulares aqui examinados, tal tendência evidenciou-se nitidamente. Do universo de sensibilidade humana, experiência vital e criatividade artística de cada uma das duas escritoras estudadas, emergiam no segundo romance personagens consistentemente menos submissas, menos narcisistas, menos passivas, menos inseguras, menos conservadoras, do que aquelas partejadas no primeiro romance. De especial importância para a causa feminista foi também a evidência de que, à diferença das personagens do pós-guerra as ficções femininas ambientadas nos anos setenta tornaram-se capazes de um relacionamento entre si marcado fundamentalmente pela solidariedade e generosidade de sentimentos, e não mais pela competição mesquinha e desleal. Se é verdade que, com a exceção de Lia em "As Meninas", nenhuma das novas personagens pode ser ainda inteiramente categorizada como uma "nova mulher", um ser humano psicologicamente andrógino, é bastante mais verdadeiro que todas elas escapam de longe à inclusão no estereótipo cultural freudiano. De fato, é possível, em função dos dados sistematicamente proporcionados pelo estudo exploratório aqui empreendido, afirmar que,

entre as décadas de 1950 e de 1970, personagens fictícias de romances brasileiros experimentaram uma significativa transformação em suas supostas configurações personalógicas; e isto na linha de uma nítida convergência para a personalidade típica da mulher contemporânea, urbana, de classe média/alta, como perspectivada em termos flagrantemente andróginos pelas mais sérias e perspicazes militantes feministas.

Cabe ainda assinalar que o recurso ao gênero literário do romance, permitiu que mesmo o enquadramento das personagens dos primeiros romances na tipificação personalógica sustentada pelos estereótipos freudiano e afins fôsse referenciado às condições sócio-culturais vigentes, e não necessariamente a algo como uma natureza psicosexual feminina universal. Nesse sentido, resalta-se inclusive o fato de que, embora tanto nos romances de Heloneida Studart quanto nos de Lygia Fagundes Telles, a mudança na psicologia feminina possa ser observada, persiste um certo desnivelamento entre os primeiros romances das duas autoras, e também entre os segundos, no que se refere ao grau de afastamento da "antiga personalidade" ou de aproximação da "nova personalidade". Não há, entretanto nenhum mistério envolvido nessa diferença; sua explicação é óbvia — corresponde à igualmente óbvia diferença cultural entre São Paulo e o Ceará. As mulheres cearenses, fielmente reproduzidas por Heloneida em suas personagens, encontravam-se há vinte anos atrás e encontram-se ainda atualmente, de fato, tolhidas, em maior grau do que as mulheres paulistas, por uma cultura masculina rígida, altamente resistente à mudança.

Finalizando, a autora espera que outros estudos realizados posteriormente apontem para uma confirmação da teoria de androginia psicológica proposta por Bem (1973, 1974). Espera também que modificações sociais mais significativas possam acelerar o processo de libertação da mulher brasileira das restrições e discriminações que ainda pesam sobre ela. Para que daí emerjam as novas gerações de indivíduos — homens e mulheres — psicologicamente androginos, plenamente capazes de desenvolverem sua potencialidade emocional e intelectual e assumirem sua identidade de gênero sem os grilhões dos estereótipos sexuais socialmente impostos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

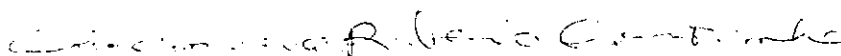
- ALLPORT, G. W. The historical background of modern social psychology. In: GARDNER, L. & ARONSON, E. (Ed.) The handbook of social psychology. Reading: Addison-Wesley, 1968.
- ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BARDWICK, J. M. Mulher, sociedade, transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram as nossas vidas. São Paulo: Difel, 1981.
- BEM, S. L. & BEM, D. J. O estudo do caso de uma ideologia não-consciente: preparando a mulher para conhecer seu lugar. In: BEM, D. J. Convicções, atitudes e assuntos humanos. São Paulo: EPU, 1973.
- BEM, S. L. The measurement of psychological androgyny. Journal of Consulting and Clinical Psychology - 1974, Vol. 42, Nº 2.
- BENEDICT, R. Patterns of culture. Boston: Houghton Mifflin, 1934.
- BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BIJOU, S. W. & BAER, D. M. O desenvolvimento da criança: uma análise comportamental. São Paulo: EPU, 1980.
- BOOTH, T. Psicologia do crescimento em sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- CANDIDO, A. A personagem do romance. In: CANDIDO, A. et. al. A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CHASSEGUET-SMIRGEL, J. A sexualidade feminina: novas pesquisas psicanalíticas. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FIRESTONE, S. A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista. Rio de Janeiro: Labor, 1976.

- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: Edição "standard" brasileira das obras psicológicas completas de Freud, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1972.
- FREUD, S. Sobre o narcisismo. In: Edição "standard" brasileira das obras psicológicas completas de Freud, vol. XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1972.
- FREUD, S. Algumas consequências psíquicas das diferenças anatómicas dos sexos. In: Edição "standard" brasileira das obras psicológicas completas de Freud, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1972.
- FREUD, S. A sexualidade feminina. In: Edição "standard" brasileira das obras psicológicas completas de Freud, vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1972.
- FREUD, S. Feminilidade. In: Edição "standard" brasileira das obras psicológicas completas de Freud, vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1972.
- GREER, G. A mulher eunuco. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.
- HARDWICK, E. Seduction and betrayal; women and literature. New York: Vintage Books, 1975.
- HOLLAND, R. Eu e contexto social. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- HORNEY, K. O medo da mulher. In: CHASSEGUET-SMIRGEL, J. et al. A sexualidade feminina. Petrópolis: Vozes, 1975.
- HORNEY, K. La negación de la vagina. In: JONES, E. et al. Psicoanálisis y sexualidad femenina. Buenos Aires: Hormé, s/d.
- IRIGARAY, L. Ce sexe qui n'en est pas un. Paris: Minuit, 1978.
- JONES, E. El desarrollo temprano de la sexualidad femenina. In: JONES, E. et al. Psicoanálisis y sexualidad femenina. Buenos Aires: Hormé, s/d.

- KENISTON, K. The uncommitted; alienated youth in american society. New York: Dell, 1965.
- KENISTON, K. Young radicals; notes on committed youth. New York: Harcourt Brace, 1968.
- KOLLONTAI, A. A nova mulher e a moral sexual. São Paulo: Global, 1979.
- KOLLONTAI, A. Autobiografia de uma mulher emancipada. São Paulo: Proposta, 1980.
- LINTON, R. O homem: uma introdução à antropologia. São Paulo: Martins Fontes, 1976.
- MAISONNEUVE, J. Introdução à psicossociologia. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.
- MALINOWSKI, B. Sexo e repressão na sociedade selvagem. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MEAD, M. Coming of age in Samoa. Middlesex: Penguin, 1969.
- MEAD, M. Sexo e temperamento em três sociedades primitivas. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- MITCHEL, J. Psicanálise e feminismo: Freud, Reich, Laing e mulheres. Belo Horizonte: Inter-livros, s/d.
- MORIN, E. O enigma do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- ROSALDO, M. Z. & LAMPHERE, L. (Coord.) A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SAFFIOTI, H. I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANT'ANNA, A. R. Análise estrutural de romances brasileiros. Petrópolis: Vozes, 1977.
- SELLTIZ, C., JAHODA, M., DEUTSCH, M. & COOK, S. W. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder, 1971.

- SMITH, M. B., BRUNER, J. S. & WHITE, R. W. Opinions and personality. New York: John Wiley, 1964.
- STUDART, H. A primeira pedra. São Paulo: Saraiva, 1953.
- STUDART, H. O pardal é um pássaro azul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- TELLES, L. F. Ciranda de pedra. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- TELLES, L. F. As meninas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- THOMPSON, C. La "envidia del pene" en las mujeres. In: JONES, E. et al. Psicoanálisis y sexualidad femenina. Buenos Aires: Hormé, s/d.
- THOMPSON, C. Algunos efectos de la desvalorización de la sexualidad femenina. In: JONES, E. et al. Psicoanálisis y sexualidad femenina. Buenos Aires: Hormé, s/d.
- VAN DEN BERG, J. H. Metablética (psicología histórica). São Paulo: Mestre Jou, 1965.
- WHITE, R. W. Lives in progress; a study of natural growth of personality. New York: Holt, Rinehart. & Winston, 1966.
- WHITE, R. W. (Ed.) The study of lives; essays on personality in honor of Henry A. Murray. New York: Atherton, 1969.
- ZIGLER, E. F. & CHILD, I. L. Socialization and personality development. Reading: Addison-Wesley, 1973.

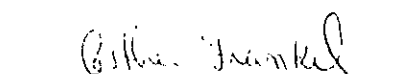
Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ,  
aprovada pela Comissão Julgadora, formada pelos seguintes pro-  
fessores:

  
Prof. Anamaria R. Coutinho

Orientadora - Deptº Psicologia PUC/RJ

  
Prof. Terezinha Feres Carneiro

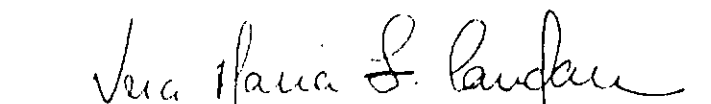
Deptº Psicologia - PUC/RJ

  
Prof. Esther Frankel

Deptº de Psicologia - PUC/RJ

Vista e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 27/4/82

  
Prof. Vera Maria Ferrao Candau

Coordenadora dos Programas de Pós-  
Graduação do Centro de Teologia e  
Ciências Humanas.